

2018

P A C

PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS

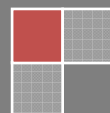
SOCIETÁRIO

[

C E R I S

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA
REGIÃO DE ITAPECERICA DA SERRA

REGIVALDO DAS VIRGNS SILVA
CONTADOR
CRC: 1SP198857/O-2



MISSÃO, VISÃO e VALORES

MISSÃO

Distribuir energia elétrica para os associados e consumidores com qualidade e ótimo atendimento, fortalecendo o cooperativismo.

VISÃO

Ser referência pela excelência na prestação de serviços, distribuição e geração de energia elétrica.

VALORES

- **Associados e colaboradores**
- **Excelência em serviços e distribuição de energia elétrica**
- **Ética**
- **Transparência**
- **Responsabilidade social**
- **Desenvolvimento regional e meio ambiente**

DIRETORIA 2018

Conselho de Administração

Laurindo Pereira Pinto	Presidente
João Koga	Vice-Presidente
Rosalina de Araujo Maria	Secretária
Maria do Carmo Chelist Miras	Diretor Vogal
Marco Antonio Machado	Diretor Vogal
Henrique Cirilo	Diretor Vogal
Marcio Weiss	Diretor Vogal

Conselho Fiscal

Marcio Jose Demazo	Conselheiro Titular
Clovis Vaz de Lima	Conselheiro Titular
Marco Aurélio da Costa Soares	Conselheiro Titular
Adão Botelho do Nascimento	Conselheiro suplente
Antonio Roberto de Souza	Conselheiro suplente
Mario Daniel do Amaral	Conselheiro suplente

Sumário

Relatório da Administração Societário.....	3
Carta do Presidente	4
Carta do Contador	5
Cenário	6
Desempenho econômico-financeiro.....	12
Gestão..	15
Agradecimentos	20
Balanço Patrimonial Societário.....	21
Demonstração do Resultado do Exercício Societário.....	23
Demonstração das Sobras / Perdas e Resultados do Exercício	25
Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Societário.....	26
Demonstr�o do Fluxo de Caixa Societário	27
Notas Explicativas	28
Parecer do Conselho Fiscal Societário.....	61
Parecer dos Auditores Independentes Societário	62

Relatório da Administração Societário

Senhores Cooperados,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2018, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Societárias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Cooperativa de Eletrificação da Região de Itapeçerica da Serra para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

Carta do Presidente

Estamos completando um ano na gestão da permissionária CERIS e com imensa satisfação venho relatar sobre este início.

Nossa cooperativa presta serviço de distribuição de energia no complexo setor elétrico que é regulado pela ANEEL e se mantém eficiente com bons índices.

Investimos na melhoria da infraestrutura de trabalho. Cumprimos o vigente PDD – Plano de Desenvolvimento da Distribuição de 2018, que envolve investimento, manutenção e melhoria nas redes, PDD este que foi aumentado em aproximadamente 33% para o ano de 2019, incremento este onde pretendemos investir as sobras de 2018 para melhoria das redes visando à diminuição do número de ocorrências advindas de eventos da natureza.

Efetuiu-se 227 ligações novas. As sobras foram aproximadamente 60% maior que no ano anterior. Houve um aumento de 30% no saldo de caixa disponível.

A CERIS se mantém como uma das melhores empresas de São Lourenço da Serra e região, em dia com responsabilidade regulatória, social, fiscal e ambiental.

Agradeço a todos os cooperados, diretores e colaboradores a quem chamo de Família CERIS e que Deus nos abençoe.

Laurindo Pereira Pinto

Presidente

Carta do Contador

Com satisfação, na qualidade de Contador responsável pela escrituração Contábil Regulatória, Societária e Fiscal da Cooperativa de Eletrificação da Região de Itapeperica da Serra- CERIS informo aos Senhores Cooperados, Usuários e Sociedade em geral a conclusão do exercício de 2018.

Antes, porém, gostaria de tecer alguns comentários em relação aos desafios enfrentados e resultados alcançados.

1. Em um ano repleto de mudanças políticas, econômicas e sociais em nosso País e no Mundo, além das diversas novas obrigações das quais a Contabilidade, ou é responsável integralmente, ou de alguma forma participa da elaboração dos dados a ser encaminhados aos respectivos órgãos Governamentais ou Regulatórios, este departamento procurou atender a estas demandas de forma integral.
2. Os resultados positivos alcançados pela Permissionária tiveram como base os dados e relatórios elaborados pelo Setor Contábil, os quais procuramos manter sempre atualizados, de forma que a tomada de decisões por parte da Diretoria fossem as mais corretas.

Assim, destaco que, no intuito de manter em dia todas as informações relacionadas à saúde financeira da CERIS, todas as obrigações acessórias, sejam elas: Federais, Estaduais, Municipais e àquelas enviadas à ANEEL, como BMP - Balancete Mensal Padronizado, RIT - Relatório de Informações Trimestrais, PAC - Prestação Anual de Contas estão todas em dia. As CND – Certidões Negativas de Débitos expedidas pelos órgãos fiscalizadores estão todas atualizadas.

Apresento por fim, as Demonstrações Contábeis Regulatória, Societária e Fiscal desta Cooperativa Permissionária do exercício de 2018, nas quais os Senhores Cooperados, Usuários, Órgãos Regulatórios, Fiscais e Ambientais e Sociedade em Geral encontraram subsídios suficientes para tomarem decisões a respeito desta Empresa.

Agradeço a DEUS por permitir que por mais este ano possa ter estado a frente ao departamento Contábil da CERIS. Agradeço também a todos que de alguma forma colaboraram para que pudesse ao final do exercício de 2018, apresentar de forma correta a evolução patrimonial da CERIS.

São Lourenço da Serra - SP

Regivaldo das Virgens Silva

Contador

CRC: 1SP198857/O-2

Cenário

A Cooperativa de Eletrificação da Região de Itapecerica da Serra atua no segmento de Distribuição de Energia Elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de mais de quatro décadas e meia de existência.

A CERIS distribui energia elétrica na área definida pela poligonal, nos municípios de São Lourenço da Serra, Itapecerica da Serra, Embu-Guaçu, Juquitiba e pequena parte de São Paulo, zona urbana e parte da zona rural. Atualmente, possui 5.853 consumidores divididos em 23% de consumidores urbanos e 77% de consumidores rurais.

Atualmente não atendemos a nenhum Consumidor que já detenha o Status de “Consumidor Livre”.

- Ligação de Consumidores - foram realizadas, no ano de 2018, 227 novas ligações, sendo 226 Residenciais, 1 Iluminação Pública totalizando 5.853 consumidores atendidos.
- Comportamento do Mercado - A CERIS não possui geração de energia. Toda energia comercializada é obtida através da aquisição do suprimento da AES Eletropaulo S/A, atual ENEL Energia e participação do Programa Governamental PROINFA.

Distribuição

A Outorgada distribui energia elétrica para os municípios de Embu Guaçu, Itapecerica Serra, Juquitiba, São Lourenço da Serra e São Paulo. Não atendemos nenhum consumidor livre dentro de nossa área de Permissão.

Número de Consumidores

Consumidores	2014	2015	2016	2017	2018
Residencial	4.988	5.141	5.285	5.519	5.679
Comercial	81	83	79	83	82
Industrial	1	1	1	1	-
Rural	36	36	32	33	39
Poderes Públicos	22	22	22	21	19
Iluminação Pública	31	30	32	32	33
Serviço Público	-	-	-	1	1
Total	5.159	5.313	5.451	5.690	5.853
Variação	3,99%	2,99%	2,60%	4,38%	2,86%

O consumo de energia elétrica na área de atuação da Cooperativa de Eletrificação da Região de Itapecerica da Serra, no ano 2018, foi de 15,92 GWh, tendo apresentado uma diminuição de -1,12% em relação a 2017, devido às diminuições dos consumos das classes, Industrial e Comercial.

O segmento Industrial, apresentando uma redução 100%, sendo que a variação deu-se devido ao único consumidor Industrial atendido pela Permissionária ter migrado de alta para baixa tensão e também da classe Industrial para a classe Comercial. A classe que teve a maior variação positiva foi Rural com um aumento de 5,17% em 2018.

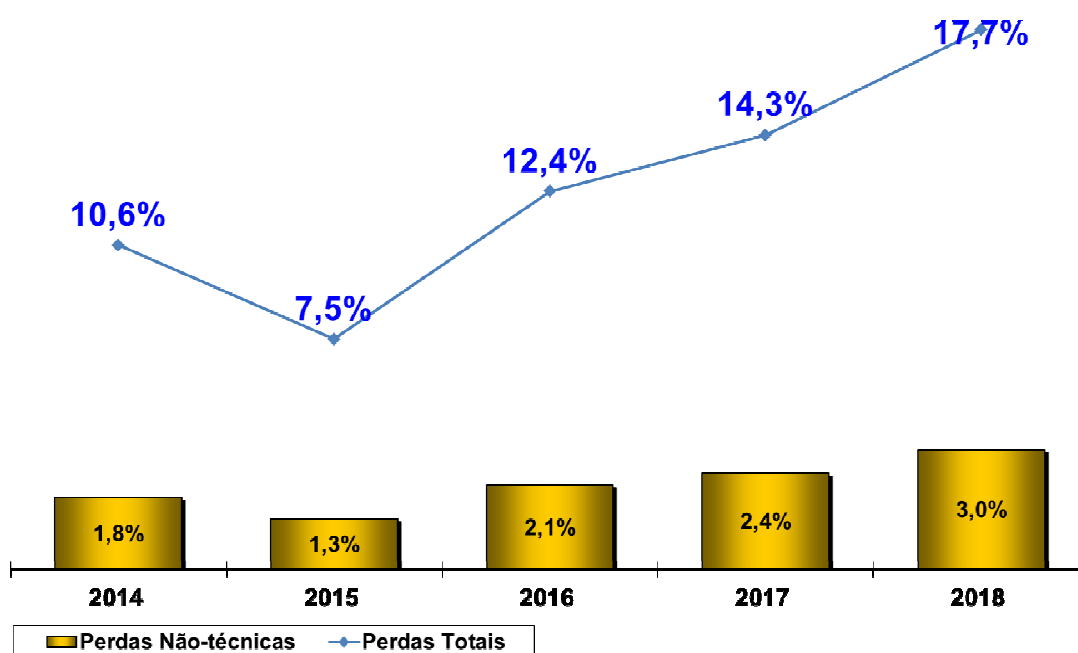
A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

Mercado Atendido

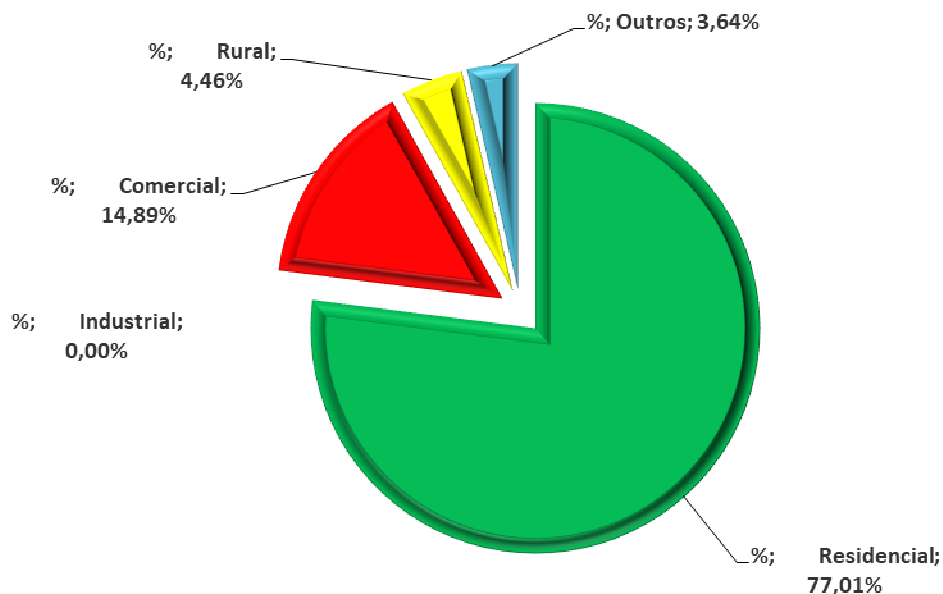
Balanço Energético

Mercado Atendido - GWh	2014	2015	2016	2017	2018
Energia Faturada	15,61	15,92	15,59	16,10	15,92
Fornecimento	15,61	15,92	15,59	16,10	15,92
Residencial	12,39	12,49	12,21	12,36	12,26
Comercial	1,72	1,73	1,87	2,43	2,37
Industrial	0,25	0,46	0,26	0,05	-
Rural	0,67	0,68	0,69	0,68	0,71
Poderes Públicos	0,18	0,17	0,16	0,16	0,16
Iluminação Pública	0,40	0,39	0,40	0,42	0,42
Serviço Público	-	-	-	-	-
Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Uso da Rede de Distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Total	16	16	16	16	16
Variação	2,43%	1,99%	-2,07%	3,27%	-1,12%

Gráfico de Perdas



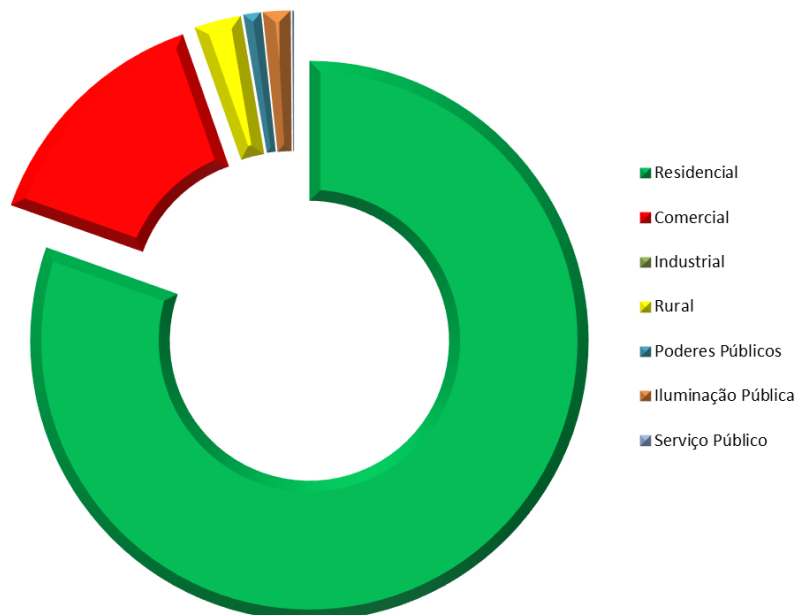
Consumo Por Classe de Consumidores



Receita - A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, PIS, COFINS e BANDEIRAS, importou em R\$ 9.376,68 R\$/mil, conforme quadro a seguir:

Classe	Receita Líquida em R\$ Mil		
	2018	2017	%
Residencial	7.540,72	6.708,09	12,41%
Comercial	1.336,19	1.221,16	9,42%
Industrial	0,00	24,60	-100,00%
Rural	250,82	208,84	20,10%
Outros	248,95	209,95	28,22%
Poderes Públicos	94,26	82,87	13,74%
Iluminação Pública	145,24	126,87	14,48%
Serviço Público	9,45	0,21	0,00%
Total	9.376,68	8.372,64	11,99%

Receita líquida por classe de consumidores



Número de consumidores - O número de consumidores faturados em dezembro de 2018, apresentou um crescimento de 2,86% sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Classe	Número de Consumidores		Var %
	2018	2017	
Residencial	5.679	5.519	2,90%
Comercial	82	83	-1,20%
Industrial	0	1	-100,00%
Rural	39	33	18,18%
Outros	53	54	-6,40%
Poderes Públicos	19	21	-9,52%
Iluminação Pública	33	32	3,13%
Serviço Público	1	1	0,00%
Total	5.853	5.690	2,86%

Tarifas - As tarifas médias de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2018, após a realização do IRT ocorrida em 07/2018, são as relacionadas no quadro abaixo.

Classe	Tarifa média de Fornecimento em R\$/MW/h
Residencial	492,56
Comercial	462,11
Industrial	0,00
Rural	352,20
Outros	343,87

Tarifa Baixa Renda por faixa de Consumo	KWh	KWh	KWh	KWh
Faixa de consumo	0 a 30	31 a 100	101 a 220	Acima 220
Tarifas Brutas	0,15316	0,26256	0,39385	0,43760

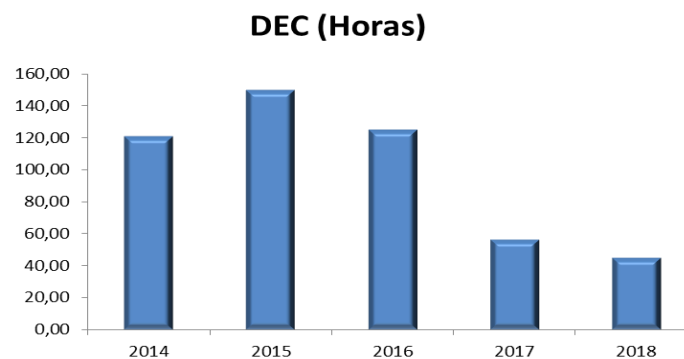
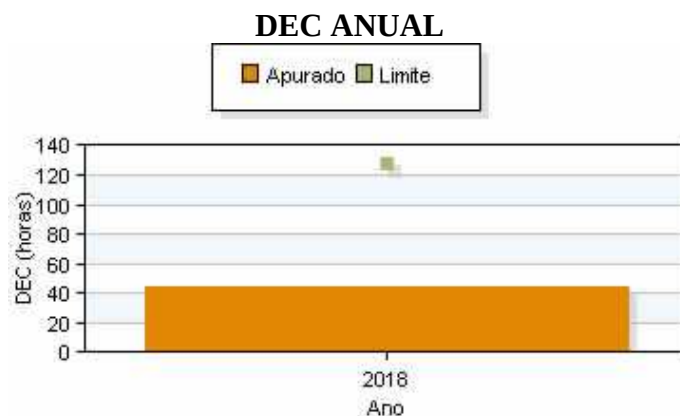
Segue abaixo valores de DMR – Diferença Mensal de Receita apuradas em 2018 referentes a aplicação de Tarifa Social Baixa Renda e a correspondente Fonte de Custeio.

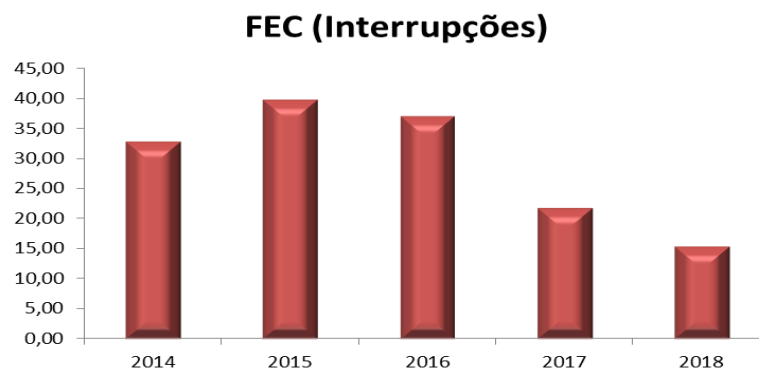
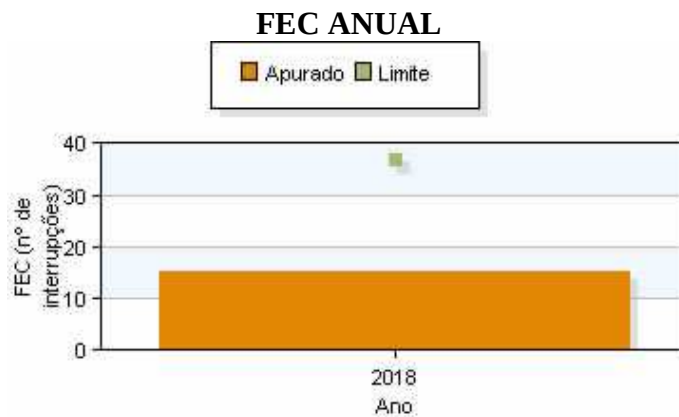
Evolução Mensal por Distribuidora CERIS - 2018						
Referência	Número de Unidades Consumidoras			DMR - Diferença Mensal de Receita solicitada (R\$)	Fontes de Custeio da TSEE	
	Residencial Total	Baixa Renda	% Baixa Renda / Residencial		CDE (R\$)	TARIFA (R\$)
jan/18	5.552	76	1,37	1.961,14	1.961,14	-
fev/18	5.590	76	1,36	1.985,63	1.985,63	-
mar/18	5.625	78	1,39	2.044,84	2.044,84	-
abr/18	5.636	77	1,37	2.013,99	2.013,99	-
mai/18	5.634	78	1,38	2.035,65	2.035,65	-
jun/18	5.645	80	1,42	2.080,19	2.080,19	-
jul/18	5.654	75	1,33	1.865,37	1.865,37	-
ago/18	5.664	76	1,34	1.752,16	1.752,16	-
set/18	5.671	77	1,36	1.778,00	1.778,00	-
out/18	5.697	79	1,39	1.836,03	1.836,03	-
dez/18	5.679	86	1,51	1.989,64	1.989,64	-
TOTAL				21.342,64	21.342,64	-

Qualidade do fornecimento - Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

LIMITES ANEEL	DEC	FEC
2018	128	37

Ano	DEC (Horas)	FEC (Interrupções)	Tempo de Espera (horas)
2014	120,56	32,86	2,59
2015	149,47	39,78	2,59
2016	125,04	36,97	3,16
2017	56,34	21,79	2,99
2018	44,75	15,38	2,88





Atendimento ao consumidor - A Cooperativa de Eletrificação da Região de Itapeçerica da Serra não participa do Programa Luz para Todos, tendo em vista que todos os domicílios dos Municípios atendidos pela CERIS se encontram atendidos no que diz respeito ao fornecimento de Energia Elétrica.

Desempenho econômico-financeiro

Em 2018, o lucro líquido societário foi de R\$ 813,73/mil, contra R\$ 689,08/ mil em 2017, um aumento de 18,09%.

Por questões Setoriais, a Empresa realiza concomitantemente à sua Contabilidade Societária, a Contabilidade Regulatória e Fiscal.

A Contabilidade Regulatória é realizada a partir de determinações da ANEEL que não reconhece efeitos de vários procedimentos da Contabilidade Internacional, bem como inclui, para fins de gerência Setorial, a Reavaliação Regulatória Compulsória. Já com relação à Contabilidade Fiscal, a mesma contempla os efeitos de adição ou subtração de despesas e receitas não permitidas no cálculo da base dos impostos.

Adicionalmente, é realizado o estorno dos efeitos da Contabilidade Internacional, pois, a Receita Federal determinou que sua base de cálculo devesse seguir os conceitos contábeis vigentes até dezembro de 2007 (BRGAAP e USGAAP). Para melhor visualização, segue abaixo demonstração e comparação do resultado da Contabilidade Societária, Regulatória e Fiscal:

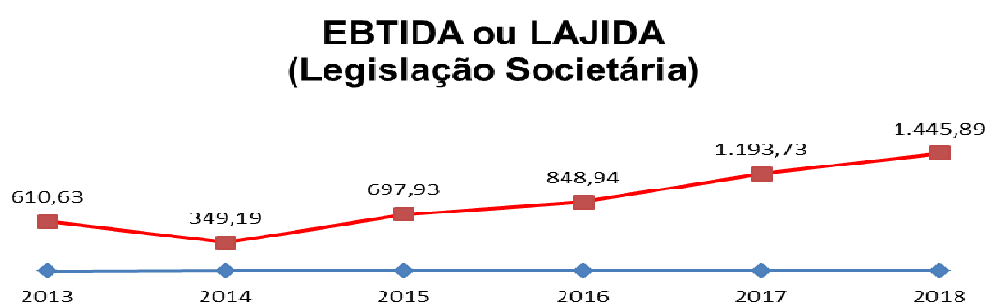
RESULTADO SOCIETÁRIO:	R\$ 813,73/mil
RESULTADO REGULATÓRIO:	R\$ 232,20/mil
RESULTADO FISCAL:	R\$ 237,81/mil

A receita operacional líquida societária atingiu R\$ 8.968,03/mil, enquanto em 2017 situou-se em R\$ 7.021,81/mil.

As despesas operacionais totalizaram em 2018 R\$ 5.009,57/mil, 5,30% superiores em relação a 2017.

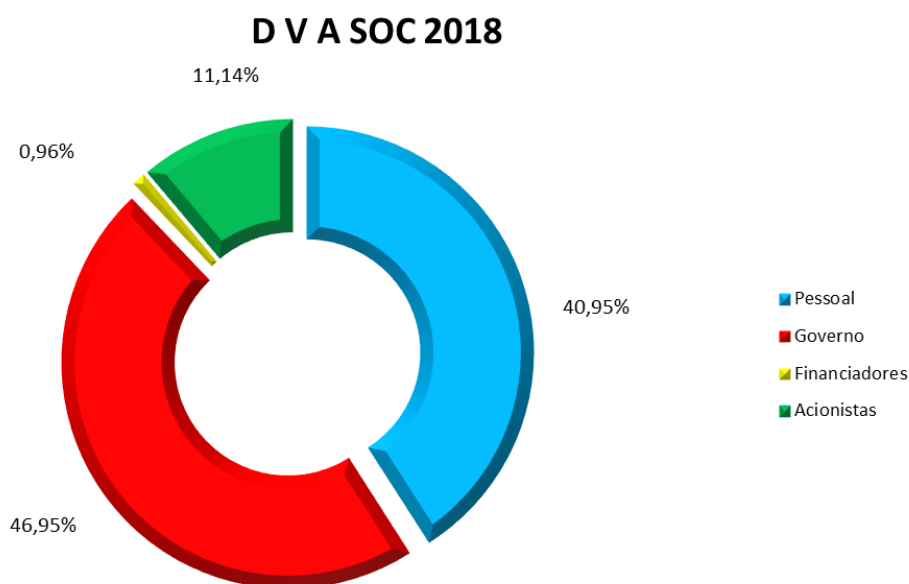
A rentabilidade do Patrimônio Líquido do exercício foi de 6,72% contra 6,08% em 2017.

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 1.445,89/mil, superior em 21,12% a 2017, que foi de R\$ R\$1.193,73/mil, conforme evolução abaixo:



Em 2018, os investimentos da Companhia, importaram em R\$ 602,68/mil, deste montante, R\$ 400,33/Mil foi aplicado diretamente no PDD projetado em 2017 para o ano de 2018, sendo que o valor aplicado foi 13,8% superior ao planejado e em relação ao ano de 2017, foi inferior em 6,66%. Para esta mesma rubrica nos próximos 5 (cinco) anos, a Permissionária estima um investimento total de R\$ 2.500,00 R\$/mil.

Valor adicionado: Em 2018, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela COOPERATIVA foi de R\$ 7.302,83/mil, representando 60,77% da Receita operacional bruta, com a seguinte distribuição:



Forma de fortalecimento e distribuição de dividendos: Anualmente os Cooperados se reúnem e deliberam sobre a destinação das sobras acumuladas do exercício anterior. A Assembleia Geral Ordinária ocorre sempre no mês de março de cada ano.

Composição acionária: Em 31 de dezembro de 2018 o capital social da CERIS era de R\$ 4.026,36 mil, composto por 402.635.625 mil cotas, com valor nominal de R\$ 0,01.

Números de Quotas em milhares		
Acionistas		%
Cooperados	402.635.625	100
		0
	0	0
	0	0
	0	0
	0	0
	0	0
	0	0
	0	0
Total	402.635.625	100

Atendimento aos Cooperados/Consumidores: Coerente com a filosofia de postar-se diante do mercado como uma empresa transparente, moderna e aberta, a Cooperativa de Eletrificação da Região de Itapecerica da Serra sempre se coloca à disposição para atendimento personalizado aos seus Cooperados/Consumidores de forma cordial e isonômica. O atendimento é realizado na sua sede.

Seguem alguns números apurados no ano de 2018 da qualidade de atendimento da CERIS:

Serviços Comerciais

Serviços Comerciais por Distribuidora - Resumo por Ano					
CERIS - 2018					
Mês	Qtde Serviços Comerciais	Qtde. Serviços Comerciais com Prazos Violados	Serviços Comerciais no Prazo (%)	Serviços Comerciais Fora do Prazo (%)	Crédito ao Consumidor (R\$)
Janeiro	169	0	100	0	0
Fevereiro	122	0	100	0	0
Março	81	0	100	0	0
Abril	148	0	100	0	0
Junho	126	0	100	0	0
Julho	119	0	100	0	0
Agosto	120	0	100	0	0
Setembro	122	0	100	0	0
Outubro	89	1	98,88	1,12	26,75
Novembro	89	0	100	0	0
TOTAL	1.185	1	99,92	0,08	26,75

Tempos médios de atendimento					
CERIS - Mensal / 2018					
MÊS	NIE	NUMOCORR	TMD	TME	TMP
Janeiro	171	196	34,88	53,69	110,03
Fevereiro	119	143	34,90	36,28	84,32
Março	149	172	32,96	52,45	114,81
Abril	87	107	35,36	30,77	91,81
Mai	77	96	31,72	44,42	159,24
Junho	76	92	34,43	32,00	46,36
Julho	86	97	37,11	38,44	58,19
Agosto	97	109	33,55	38,17	69,93
Setembro	83	97	29,82	43,05	100,57
Outubro	181	204	32,69	49,94	122,61
Novembro	213	244	38,25	47,38	203,86
Dezembro	144	164	33,59	42,98	151,66
CERIS - ANUAL / 2018					
ANO	NIE	NUMOCORR	TMD	TME	TMP
2018	1483	1721	34,37	44,22	119,35

Gestão

Planejamento empresarial: O êxito que a Outorgada vem obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no Setor Elétrico se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.

Os rumos da CERIS vêm sendo definidos com base no moderno conceito de planejamento por meio de cenários alternativos. Pelo menos a cada trimestre a Gerencia da Empresa têm se reunido com os Consultores e Diretoria, a fim de entender o avanço da Regulação Setorial, bem como os caminhos que devem ser norteados para estabelecer prioridade nos investimentos, bem como amortizar os passivos setoriais criados em função dos atrasos nos pagamentos dos subsídios obrigatórios. Tal procedimento tem apresentado resultados surpreendentes, como o resultado positivo deste exercício, mesmo em tempos de crise.

O planejamento realizado, juntamente com os resultados dos cenários empresariais discutidos anualmente, serviu de base para a definição das recomendações, metas e ações estratégicas das ações a serem tomadas para os horizontes de curto e médio prazo.

Gestão pela qualidade total: Em 2018, as atividades relacionadas com a Gestão pela Qualidade Total compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, certificações de qualidade de gestão, e reuniões relacionadas com o gerenciamento da rotina em diferentes áreas da Empresa. Recebemos periodicamente consultoria que analisa, na prática, nossos processos, e, apresenta orientação para que nossas rotinas estejam de acordo com a Gestão pela Qualidade, desta forma, a CERIS teve a sua certificação renovada em 11/2018, comprovando assim as suas boas práticas.

Recursos humanos: Em 2018 a CERIS investiu R\$ 32,99/mil em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus empregados. Concedeu ainda treinamentos internos de atualização e reciclagem para atendimento de normas regulamentares e uso de ferramentas administrativas. Na visão de nossa Permissionária, o melhor investimento a ser realizado, é no crescimento de seus colaboradores. Por essa razão, concede auxílio de 50% do valor da formação universitária de seus colaboradores e até R\$ 300,00 para cursos técnicos.

Adicionalmente, a CERIS concedeu aos seus colaboradores, no exercício de 2018 os seguintes benefícios: a) Auxílio Alimentação: R\$ 291,64/mil; b) Auxílio médico R\$/mil 200,88/mil; c) e Seguro de Vida R\$/mil 35,60.

Responsabilidade social: Cada vez mais, a CERIS vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade. O detalhamento destas atividades e projetos está sendo apresentado no Balanço Social da Empresa.

Cooperativa de Eletrificação da Região de Itapeperica da Serra						
CNPJ: 57.384.943/0001-82						
Demonstração do Balanço Social - 2018 e 2017						
(Valores expressos em milhares de reais)						
	2018			2017		
	R\$ mil			R\$ mil		
1 - Base de cálculo						
Receita Líquida (RL)			8.968,03			7.021,81
Lucro Operacional (LO)			459,04			353,70
Folha de Pagamento Bruta (FPB)			3.494,79			3.399,24
			% sobre			% sobre
2 - Indicadores sociais internos						
	R\$ mil	FPB	RL	R\$ mil	FPB	RL
Alimentação - Auxílio alimentação e outros	291,64	8,34%	3,25%	281,21	8,27%	4,00%
Encargos sociais compulsórios	649,36	18,58%	7,24%	537,15	15,80%	7,65%
Entidade de previdência privada	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Saúde - Convênio assistencial e outros benefícios	200,89	5,75%	2,24%	170,60	5,02%	2,43%
Segurança no trabalho - CIPA e exames periódicos	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Educação - Auxílio educação	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	32,99	0,94%	0,37%	15,49	0,46%	0,22%
Auxílio creche	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Participação nos resultados	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Vale-transporte - excedente	7,38	0,21%	0,08%	8,79	0,26%	0,13%
Outros Benefícios	58,94	1,69%	0,66%	60,75	1,79%	0,87%
Total	1.241,20	35,52%	13,84%	1073,99	31,60%	15,30%
			% sobre			% sobre
3 - Indicadores sociais externos						
	R\$ mil	LO	RL	R\$ mil	LO	RL
Educação - Programa Luz das Letras	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Cultura	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Saúde e Saneamento - Apoio social aos municípios	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Habitação - Reassentamento de famílias	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Esporte e lazer	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Doações e contribuições	23,91	5,21%	0,27%	21,82	6,17%	0,31%
Total de contribuições para a sociedade	23,91	5,21%	0,27%	21,82	6,17%	0,31%
Tributos - excluídos encargos sociais	1.986,83	432,82%	22,15%	1.834,08	518,54%	26,12%
Total	2.010,74	438,03%	22,42%	1.855,90	524,71%	26,43%
			% sobre			% sobre
4 - Indicadores ambientais						
	R\$ mil	LO	RL	R\$ mil	LO	RL
Desapropriações de terras	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Estação ecológica - Fauna / Flora	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Relacionamento com a operação da empresa						
Programa Social de Eletricidade Rural	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Rede Compacta ou Linha Verde	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programa de Eletrificação para População Carente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Museu Ecológico	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Universidade Livre do Meio Ambiente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programas especiais / Projetos externos	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Total	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%

	2018	2017
	em	em
	unidades	unidades
5 - Indicadores do corpo funcional		
Empregados no final do período	45	42
Escolaridade dos empregados		
Superior e extensão universitária	6	3
Ensino médio	22	21
Ensino fundamental	17	18
Faixa etária dos empregados		
Abaixo de 30 anos	10	10
De 30 até 45 anos (exclusive)	18	14
Acima de 45 anos	17	18
Admissões durante o período	0	0
Mulheres que trabalham na empresa	5	5
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao n ^o total de mulheres	40,00%	40,00%
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao n ^o total de gerentes	66,67%	66,67%
Negros que trabalham na empresa	5	4
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao n ^o total de negros	20,00%	25,00%
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao n ^o total de gerentes	33,33%	33,33%
Portadores de deficiência física	0	0
Dependentes	71	63
Estagiários	0	0
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	7,84	7,81
Maior remuneração	7,92	7,65
Menor remuneração	1,01	0,98
Acidentes de trabalho	1	2

Outorgada em números	2018	2017	%
Atendimento			
Número de consumidores	5.853	5.690	2,86%
Número de empregados	45	42	7,14%
Número de consumidores por empregado	130	135	-3,99%
Número de localidades atendidas	5	5	0,00%
Número de agências	1	1	0,00%
Número de postos de atendimento	1	1	0,00%
Número de postos de arrecadação	5	5	0,00%
Mercado			
Área de Permissão (Km ²)	235,64	235,64	0,00%
Geração própria (GWh)	0	-	0,00%
Demanda máxima (MWh/h)	5.224	5.611	-6,90%
Distribuição direta (GWh)	15,94	16,09	-0,93%
Consumo residencial médio (kWh/ano)	2.111,30	2.198,42	-3,96%
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	476,22	419,10	13,63%
Total (exceto curto prazo)	0	-	0,00%
Residencial	492,56	418,36	17,74%
Comercial	462,11	394,73	17,07%
Industrial	0,00	382,00	-100,00%
Rural	352,20	299,81	17,47%
Suprimento	0	-	0,00%
DEC (horas)	44,44	57,96	-23,33%
População atendida - Urbana Atendida (em milhares de habitantes)	1,36	1,30	4,62%
População atendida - Rural (em milhares de habitantes)	4,50	4,39	2,51%
FEC (número de interrupções)	15,25	23,06	-33,87%
Número de reclamações por 1.000 consumidores	3,72	4,54	-18,10%
Operacionais			
Número de usinas em operação	-	-	0,00%
Número de subestações	-	-	0,00%
Linhas de transmissão (Km)	-	-	0,00%
Linhas de distribuição (Km)	478,19	476,86	0,28%
Capacidade instalada (MW)	24,17	23,61	2,37%
Financeiros			
Receita operacional bruta (R\$ mil)	11.806,55	9.731,07	21,33%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	8.968,03	7.021,81	27,72%
Margem operacional do serviço líquida (%)	31,65%	38,58%	-17,97%
EBITDA OU LAJIDA	1.445,89	1.193,73	21,12%
Lucro líquido (R\$ mil)	813,73	689,08	18,09%
Lucro líquido por mil cotas	0,81	0,69	18,09%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	12.105,00	11.334,50	6,80%
Valor patrimonial por cota R\$	0,000030	0,000028	6,80%
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	6,72	6,08	10,53%
Endividamento do patrimônio líquido (%)	87,21	88,18	-1,10%
Em moeda nacional (%)	100,00	100,00	0,00%
Em moeda estrangeira (%)	-	-	0,00%
Indicadores de Performance			
Sálario Médio dos Funcionários	2,66	2,61	1,92%
Energia Gerada/Comprada por Funcionário	0,35	0,38	-7,54%
Energia Gerada/Comprada por Consumidor	0,0027	0,0028	-3,69%
Retorno de ativos por unidade	-	-	0,00%

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos a DEUS, à Diretoria, aos Cooperados, aos nossos Colaboradores, aos nossos Consultores e Auditores, aos nossos Consumidores e a todos que direta ou indiretamente nos apoiaram no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da CERIS, contribuindo para o cumprimento da missão do exercício de 2018 da Cooperativa de Eletrificação da Região de Itapeçerica da Serra.

São Lourenço da Serra, Abril/2019

A Administração

Balanço Patrimonial Societário

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DE ITAPECERICA DA SERRA		
CNPJ Nº 57.384.943/0001-82		
Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de (Valores expressos em milhares de reais)	2018	2017
	Consolidado	
	2018	2017
Ativos		
Ativo Circulante	6.598,67	5.675,98
Caixa e equivalentes de caixa	4.384,03	3.371,90
Consumidores	1.340,55	1.305,33
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	131,87	99,00
Tributos compensáveis	222,81	210,16
Depósitos judiciais e cauções	-	-
Almoxarifado operacional	108,40	91,29
Investimentos temporários	60,00	-
Empréstimos	0,12	-
Ativos regulatórios	92,25	276,61
Despesas pagas antecipadamente	39,07	23,86
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos circulantes	219,57	297,83
Ativos de operações descontinuadas	-	-
Bens destinados à alienação	-	-
Ativo Não-Circulante	7.280,86	7.177,30
Consumidores	-	-
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	-	-
Tributos compensáveis	91,71	77,09
Depósitos judiciais e cauções	18,70	11,85
Investimentos temporários	728,30	681,80
Empréstimos	-	-
Tributos diferidos	-	-
Ativos regulatórios	-	-
Despesas pagas antecipadamente	-	-
Bens e direitos para uso futuro	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos não circulantes	2.028,52	1.862,38
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-
Imobilizado	1.233,23	1.102,17
Intangível	3.180,38	3.442,02
Total do ativo	13.879,52	12.853,28

Passivo		
Passivo Circulante	1.356,45	1.153,70
Fornecedores	70,41	123,05
Empréstimos, financiamentos e debêntures	6,90	12,78
Obrigações sociais e trabalhistas	286,45	166,33
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	388,22	314,51
Provisão para litígios	-	-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	-	-
Encargos setoriais	174,54	224,15
Provisão para descomissionamento	-	-
Passivos Financeiros Setoriais	214,27	176,36
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	43,51	-
Outros passivos circulantes	172,15	136,51
Passivos de operações descontinuadas	-	-
Passivo Não-Circulante	418,07	365,08
Fornecedores	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	-	-
Provisão para litígios	-	-
Encargos setoriais	-	-
Provisão para descomissionamento	-	-
Tributos diferidos	-	-
Passivos Financeiros Setoriais	-	-
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos não circulantes	-	-
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	418,07	365,08
Total do passivo	1.774,52	1.518,78
Patrimônio líquido	12.105,00	11.334,50
Capital social	4.026,36	4.069,59
Reservas de capital	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Reservas de lucros	-	-
Recursos destinados a aumento de capital	-	-
Lucros ou prejuízos acumulados	-	-
Ações em tesouraria	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais	-	-
Participação de não controladores	-	-
Reserva de sobras	7.614,24	6.975,32
Sobras à disposição da Assembleia	464,40	289,59
Perdas não cobertas pelos cooperados	-	-
Total do patrimônio líquido	12.105,00	11.334,50
Total do passivo e do patrimônio líquido	13.879,52	12.853,28



Laurindo Pereira Pinto
Presidente



Regivaldo das Virgens Silva
Contador

Demonstração do Resultado do Exercício Societário

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DE ITAPECERICA DA SERRA		
CNPJ Nº 57.384.943/0001-82		
Demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de (Valores expressos em milhares de reais)	2018	2017
	Consolidado	
	2018	2017
Operações em continuidade		
Receita / Ingresso	11.806,55	9.731,07
Fornecimento de energia elétrica	3.745,02	2.971,13
Suprimento de energia elétrica	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	5.429,41	5.356,84
Ativos e Passivos Regulatórios	128,93	79,14
Serviços cobráveis	13,61	11,59
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-
Outras receitas	2.489,57	1.312,37
Tributos	(1.956,41)	(1.834,08)
ICMS	(1.784,60)	(1.633,41)
PIS-PASEP	(29,55)	(34,67)
Cofins	(136,40)	(160,02)
ISS	(5,86)	(5,98)
Encargos - Parcela "A"	(882,10)	(875,18)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	(10,21)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	(10,21)
Reserva Global de Reversão - RGR	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	(489,38)	(477,27)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	-
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(19,51)	(19,05)
Outros encargos	(373,22)	(358,44)
Receita líquida / Ingresso líquido	8.968,03	7.021,81
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	(3.499,42)	(1.910,54)
Energia elétrica comprada para revenda	(3.330,22)	(1.910,54)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	-	-
Encargos e demais despesas setoriais	(124,32)	-
Perdas pelo valor de indenização / renovação	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de RTP diferida	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de CVA Ativa e Demais ativos regulatórios	-	-
(-) Reversão de devolução tarifária	(44,10)	-
(-) Reversão de CVA Passiva e Demais passivos regulatórios	-	-
Outros	(0,78)	-
Matéria-prima e Insumos para produção de energia elétrica	-	-
Reembolso de CCC/CDE de combustível para produção de energia elétrica	-	-
Resultado antes dos custos gerenciáveis	5.468,61	5.111,27

Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(5.009,57)	(4.757,57)
Pessoal e administradores	(3.494,46)	(3.399,24)
Material	(340,88)	(228,07)
Serviços de terceiros	(578,35)	(533,31)
Arrendamento e aluguéis	(165,19)	(159,75)
Seguros	(33,02)	(43,86)
Doações, contribuições e subvenções	(23,91)	(21,82)
Provisões	(11,62)	(55,01)
Perdas na alienação de bens e direitos	-	-
(-) Recuperação de despesas	5,49	1,83
Tributos	(30,42)	(27,87)
Depreciação e amortização	(473,06)	(457,36)
Gastos diversos	(4,76)	(2,02)
Outras Receitas Operacionais	199,44	245,27
Outras Despesas Operacionais	(58,83)	(76,36)
Resultado da Atividade	459,04	353,70
Equivalência patrimonial	-	-
Resultado Financeiro	440,84	382,67
Despesas financeiras	(69,97)	(134,55)
Receitas financeiras	510,80	517,22
Resultado antes dos impostos sobre os lucros	899,88	736,37
Despesa com impostos sobre os lucros	(86,15)	(47,29)
Resultado líquido das operações em continuidade	813,73	689,08



Laurindo Pereira Pinto
Presidente



Regivaldo das Virgens Silva
Contador

Demonstração das Sobras / Perdas e Resultados do Exercício

DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DE ITAPECERICA DA SERRA - CERIS

CNPJ - 57.384.943/0001-82

São Lourenço da Serra - SP

DISTRIBUIÇÃO DAS SOBRAS/PERDAS E RESULTADOS DO EXERCÍCIO

(Valores expressos em milhares de reais)

2018

	ATO COOPERATIVO INGRESSOS / DISPENDIOS	ATO NÃO COOPERATIVO RECEITAS / DESPESAS	TOTAL
RECEITA OPERACIONAL	8.145.006,86	4.090.865,76	12.235.872,62
Fornecimento de energia elétrica	2.105.134,30	1.660.298,92	3.765.433,22
Disponibilização do sistema de distribuição	3.203.352,25	2.226.058,34	5.429.410,59
Ativos e passivos financeiros setoriais	72.414,60	36.104,20	108.518,80
Receita de construção da infraestrutura	246.287,70	20.491,50	266.779,20
Serviços cobráveis	28.246,39	14.483,61	42.730,00
Doações, subvenções do serviço público	2.489.571,62	-	2.489.571,62
Arrendamentos e aluguéis	-	133.429,19	133.429,19
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	(1.894.142,41)	(944.374,63)	(2.838.517,04)
ICMS	(1.190.861,32)	(593.735,29)	(1.784.596,61)
PIS	(19.720,87)	(9.832,36)	(29.553,23)
COFINS	(91.019,39)	(45.380,11)	(136.399,50)
ISSQN	(3.913,45)	(1.951,16)	(5.864,61)
Encargo do consumidor (CCC e CDE)	(326.564,31)	(162.817,25)	(489.381,56)
Encargo do consumidor (PEE, P&D, FNDCT e MME)	-	-	-
Bandeiras tarifárias	(249.046,64)	(124.168,77)	(373.215,41)
Taxa de fiscalização	(13.016,43)	(6.489,69)	(19.506,12)
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	6.250.864,45	3.146.491,13	9.397.355,58
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	(5.964.539,22)	(2.973.778,26)	(8.938.317,48)
Energia elétrica comprada para revenda	(2.305.213,84)	(1.149.325,11)	(3.454.538,95)
(-/+) Subsídio redução equilibrada	30.496,28	15.204,72	45.701,00
CUSTO DE OPERAÇÃO			-
Pessoal (inclui remuneração a administradores)	(2.331.850,14)	(1.162.605,34)	(3.494.455,48)
Material	(226.561,10)	(112.958,01)	(339.519,11)
Serviços de terceiros	(385.933,09)	(192.417,11)	(578.350,20)
Depreciação e amortização	(315.674,49)	(157.387,84)	(473.062,33)
Provisões	(7.753,68)	(3.865,80)	(11.619,48)
Seguros, tributos e aluguéis	(152.563,11)	(76.064,36)	(228.627,47)
Custo de construção da infraestrutura	(178.021,76)	(88.757,44)	(266.779,20)
(-) Recuperação de despesas	(72.738,09)	(36.265,49)	(109.003,58)
Gastos ou perdas diversos	(4.082,81)	(2.035,59)	(6.118,40)
Outras receitas e despesas operacionais	(14.643,39)	(7.300,89)	(21.944,28)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	286.325,23	172.712,87	459.038,10
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS	294.170,88	146.666,65	440.837,53
Receitas Financeiras	340.859,93	169.944,70	510.804,63
Despesas Financeiras	(46.689,05)	(23.278,05)	(69.967,10)
SOBRAS (PERDAS) ANTES DA CONTR. SOCIAL E IR	580.496,11	319.379,52	899.875,63
IMPOSTOS S/ RESULTADO COM TERCEIROS	-	(86.146,10)	(86.146,10)
SOBRAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO	580.496,11	233.233,42	813.729,53



Laurindo Pereira Pinto

Presidente



Regivaldo das Virgens Silva

Contador

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Societário

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DE ITAPECERICA DA SERRA CNPJ Nº 57.384.943/0001-82 Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de reais)									
DMPL - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido									
	Capital Social	Reservas de capital	Reserva de reaval.	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	RESERVA DE SOBRAS	SOBRAS / PERDAS À DISPOSIÇÃO DA ASSEMBLÉIA	Recursos destinados a aumento de capital	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.065,61	-	-	0,00	-	6.509,14	66,69	-	10.641,44
Remuneração das imobilizações em curso	3,98	-	-	-	-	-	-	-	3,98
Aumento de capital social	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proventos excedentes da contabilidade societária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	327,10	-	361,99	-	689,09
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	36,20	(36,20)	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para investimentos	-	-	-	-	-	84,78	(84,79)	-	(0,01)
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Reservas (Efeitos IFRS)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RAT ES	-	-	-	-	(327,10)	345,20	(18,10)	-	0,00
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.069,59	-	-	0,00	-	6.975,32	289,59	-	11.334,50
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	(43,23)	-	-	-	-	-	-	-	(43,23)
Incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proventos excedentes da contabilidade societária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	233,23	-	580,50	-	813,73
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	347,65	(347,65)	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para investimentos	-	-	-	-	-	29,02	(29,02)	-	-
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Reservas (Efeitos IFRS)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RAT ES	-	-	-	-	(233,23)	262,25	(29,02)	-	0,00
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.026,36	-	-	0,00	-	7.614,24	464,40	-	12.105,00



Laurindo Pereira Pinto
Presidente



Regivaldo das Virgens Silva
Contador

Demonstração do Fluxo de Caixa Societário

COOPERATIVA DE ELET RIFICAÇÃO DA REGIÃO DE IT APECERICA DA SERRA

CNPJ Nº 57.384.943/0001-82

(Valores expressos em milhares de reais)

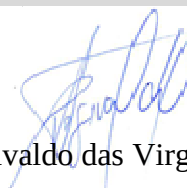
Demonstração do Fluxo de Caixa

	REGULATÓRIO	
	2018	2017
Atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	10.090,90	8.704,95
Outros recebimentos	2.802,34	956,32
Pagamentos a fornecedores	(1.886,14)	(1.671,57)
Fornecedores Energia Elétrica Comprada	(3.455,63)	(1.799,47)
Pagamentos a empregados	(2.044,09)	(2.118,82)
Juros pagos	-	(7,73)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-
Imposto de renda na fonte sobre dividendos recebidos	-	-
Tributos Federais	(922,01)	(212,62)
Tributos Estaduais e Municipais	(1.765,71)	(1.552,89)
Encargos Setoriais	(965,38)	(754,82)
Outros Pagamentos	(438,60)	(982,06)
Fluxo de caixa líquido originado de atividades operacionais	1.415,69	561,29
Atividades de investimento		
Recebimento (pagamento) de venda de imobilizado	-	-
Aquisição de imobilizado	(602,68)	(401,95)
Aquisição de propriedades para investimento	-	-
Aquisição de instrumentos financeiros	(60,00)	103,97
Recebimento (pagamento) da venda de instrumentos financeiros	-	-
Aquisição de intangíveis	-	-
Aquisição de controlada, líquida de caixa adquirido	-	-
Recebimento de incentivos	-	-
Juros recebidos	60,12	-
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	-	-
Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de investimento	(602,56)	(297,98)
Atividades de financiamento		
Recebimento (pagamento) do exercício de opções	-	-
Aquisição de participação de não controladores	-	-
Recebimento pela emissão de ações	-	-
Pagamento de passivos de arrendamento	-	-
Captações de empréstimos obtidos	-	-
Pagamento de empréstimos	(5,66)	(36,38)
Dividendos pagos	-	-
Receitas de Aplicações Financeiras	204,66	299,23
Despesas Bancárias	-	(6,29)
Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de financiamento	199,00	256,56
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.012,12	519,87
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	3.371,90	2.852,03
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	4.384,03	3.371,90



Laurindo Pereira Pinto

Presidente



Regivaldo das Virgens Silva

Contador

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

Contexto Operacional

A CERIS é uma sociedade cooperativa, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a distribuição e comercialização de energia, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e pelo Ministério de Minas e Energia. A Permissionária está autorizada a participar de consórcios ou companhias, em conjunto com empresas públicas e/ou privadas, com o objetivo de desenvolver atividades nas áreas de energia, observada a legislação aplicável, inclusive a Lei Cooperativista nº 5.764/71.

A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pela administração da cooperativa em 16 de março de 2019.

2 Das Concessões

DA PERMISSÃO

A CERIS detém permissão válida até o ano de 2028, para a distribuição e comercialização de energia elétrica nos municípios de Embu Guaçu, Itapequerica da Serra, Juquitiba, São Lourenço da Serra e parte da área rural do município de São Paulo, conforme contrato de Permissão nº 005/2008 assinado em 12/06/2008. Atualmente, possui 5.853 consumidores, sendo, aproximadamente, 23% de consumidores urbanos e 77% de consumidores rurais e não atende a nenhum “Consumidor Livre”. O prazo concedido neste contrato com o poder concedente tem sua vigência do dia 12/06/2008 até o dia 11/06/2028, conforme parágrafo 3º, artigo 23 da Lei nº 9.074 /1995.

A Permissionária juntamente com suas coirmãs e as Entidades representativas vem negociando junto ao Poder Concedente, a prorrogação do seu contrato por mais 10 anos conforme previsão legal que reza que as Concessões/Permissões iniciais deve ter prazo de 30 anos prorrogáveis por mesmo período.

Ligação de Consumidores - foram realizadas, no ano de 2018, 227 novas ligações, sendo 226 Residenciais e 1 Iluminação Pública, totalizando 5.853 consumidores atendidos.

Comportamento do Mercado - A CERIS não possui geração de energia. Toda energia comercializada é obtida através da aquisição do suprimento da AES Eletropaulo S/A, atual ENEL Energia e participação do Programa Governamental PROINFA.

3 Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas da Comissão de Valores Mobiliários e Lei cooperativista nº 5.764/71, observando as diretrizes contábeis emanadas pela legislação societária (Lei nº 6.404/76), que incluem os dispositivos introduzidos, pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Tais dispositivos tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo International Accounting Standard Board – IASB.

Em 2011 entrou em vigor a contabilidade regulatória, instituída pela Resolução ANEEL nº 396/2010 e orientações complementares foram expedidas pela SFF/ANEEL através dos Despachos nº 4.722/2009, 4.097/2010, 4.991/2011, 155/2013, 4.413/2013, 4.786/2014, 246/2016, 3.371/2016 e 4.356/2017. Para o exercício de 2018, a SFF/ANEEL não publicou Despacho de Encerramento, mas sim, se manifestou renovando a vigência de todos os Despachos dos anos anteriores, e, esclarecendo que dúvidas e/ou novas orientações serão publicadas no sitio da Agência Reguladora, no canal "Gestão de dados e normatização Contábil".

A partir daquele período, a SFF/ANEEL determinou que, no Balanço Regulatório, fossem utilizados modelos diferenciados com a exposição das informações de forma direcionada à apuração de dados tarifários e que demonstrem o equilíbrio econômico-financeiro da permissão.

Em 2014 a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015

Todos os quadros que compõem o balanço regulatório devem ser auditados pela mesma empresa de auditoria independente das demonstrações contábeis societárias.

A) BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

Administração da permissionária definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02(R2) e Resolução CFC N° 1.295/10 – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis.

B) ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado e intangível, estoques, provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos e passivos financeiros setoriais, obrigações sociais e trabalhistas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A permissionária revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Houve aperfeiçoamento das normas da Contabilidade Regulatória a partir da publicação do Novo MCSE - Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, pela Resolução Normativa ANEEL 605/2014, que entrou em vigor a partir de 01/01/2015.

Em 25 de novembro de 2014 a ANEEL decidiu aditar os contratos de Permissão e permissão das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A e outros componentes financeiros, incluídos no processo que estabelece o denominado Índice de Reajuste Tarifário-IRT (Nota 4-F). Desta forma a Permissionária registrou a partir da data de assinatura (12/2015) do Termo Aditivo ao contrato de permissão nº 005/2008, em seu balanço societário, os valores de Ativos e Passivos regulatórios.

Os procedimentos acima citados foram orientados oficialmente através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, com a emissão da Orientação Técnica OCPC-08.

4 Principais Práticas Contábeis

Instrumentos Financeiros não Derivativos

A Permissionária reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados/negociados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Permissionária reverte o registro de um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Passivos financeiros são baixados quando as suas obrigações contratuais são liquidadas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Permissionária possui os seguintes ativos e passivos financeiros não derivativos:

Caixa e Equivalentes de Caixa: abrangem saldos de caixa e depósitos bancários a vista, acrescidos dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço.

Recebíveis: são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescidos de quaisquer custos de transação atribuíveis e, subsequentemente, quando aplicável, mensurados pelo custo amortizado com o uso de taxa de juros efetiva. Abrangem o saldo de consumidores a receber, serviços em curso e outros ativos circulantes.

Exigíveis: abrangem o saldo a pagar pelas aquisições de bens ou serviços, bem como os valores tomados de empréstimos, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e subsequentemente, quando aplicável, mensurados pelo custo amortizado com o uso de taxa de juros efetiva, atualizados pelos encargos correspondentes após o reconhecimento inicial. Estão representados pelos fornecedores de mercadorias e serviços, empréstimos e financiamentos e outros passivos circulantes.

Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado.

A Permissionária não operou com instrumentos financeiros derivativos no decorrer do exercício.

Consumidores, Permissionárias

Engloba o fornecimento de energia faturada e não faturada até 31 de dezembro de 2018, contabilizado com base no regime de competência.

Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Está reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber, de acordo com as Instruções contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

Estoque (Inclusive do Ativo Imobilizado)

Os materiais em estoque, classificados no Ativo Circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição e, aqueles destinados a investimentos, estão classificados no Ativo Imobilizado em Intangível em Curso (por ser vinculado à Permissão) pelo custo de aquisição e, também, controlados pelo custo médio.

Investimentos

A CERIS não possui outros investimentos, senão em seu próprio Imobilizado, destinado ao Serviço Público de Energia Elétrica.

Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nos respectivos Tipos de Unidades de Cadastro - TUC, conforme determina a Resolução ANEEL nº 674/2015, às taxas anuais constantes da tabela anexa XVI - TAXAS DE DEPRECIAÇÃO. Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os

juros, encargos financeiros e variações monetárias, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no Imobilizado em Curso, estão registrados neste subgrupo como custo. Salientamos que, em virtude da harmonização com as Normas Internacionais de Contabilidade, em função de nosso Ativo Imobilizado ser vinculado à Permissão, todo o ativo diretamente ligado à Distribuição de Energia Elétrica foi reclassificado para o Grupo de Intangíveis (os que já estarão reintegrados até o final da Permissão) e para o Grupo de Ativo Financeiro da Permissão a receber (para aqueles não reintegrados até o Final do prazo da Permissão).

Imposto de renda diferido

A CERIS não diferiu nenhum Imposto no exercício 2018 ou anterior.

Plano de complementação de aposentadoria e pensão.

A CERIS não possui Planos Complementares de Aposentadoria e Pensão.

Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

Outros direitos e obrigações

Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes (longo prazo) estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

Estrutura das demonstrações contábeis.

Com referencia às novas implementações na estrutura das demonstrações contábeis, em face da harmonização internacional e, em virtude do atendimento do Ofício de Encerramento nº 2.775/2008 – SFF/ANEEL, nº 127/2009 – SFF/ANEEL e Despachos ANEEL nºs 4.722/2009, 4.991/2011, 155/2013, 4.413/2013, 4.786/2014, 245/2016, 3.371/2016 e 4.356/2017, aplicou-se a mudança nos quadros do Ativo e Passivo, incluindo os subgrupos Ativo não Circulante e Passivo não Circulante, excluindo-se o grupo de Ativo Permanente, conforme determinação do Órgão Regulador.

Vale salientar que, no exercício 2012, a SFF/ANEEL determinou que, no Balanço Regulatório, fossem utilizados modelos diferenciados com a exposição das informações de forma direcionada a apuração de dados tarifários e que demonstrem o equilíbrio econômico-

Instituição	Curto Prazo		Legislação societária	
	Tipo de aplicação	Vencimento	2018	2017
ITAU - APLICAÇÕES UPJ	Renda Fixa	Indeterminado	1.049,30	1.003,23
SANTANDER - CDB DI	CDB/RDB	Indeterminado	695,17	653,37
APLICAÇÕES BB	DI	Indeterminado	287,00	80,37
SANTANDER APLICAÇÕES	Automática	Indeterminado	166,18	676,94
ITAU APLIC. AUT.	CDB	Indeterminado	490,97	59,40
CDB/BB REAPLIC SL	DI	Indeterminado	62,17	517,76
APLICAÇÕES BRADESCO	Automática	Indeterminado	139,17	34,46
CEF - APLICAÇÕES	Automática	Indeterminado	186,74	68,51
BB CURTO PRAZO 200 - CONTA 3-5	Renda Fixa	Indeterminado	195,58	248,74
BB CURTO PRAZO 200 - CONTA 577-0	Automática	Indeterminado	26,38	-
BRADESCO RENDA FIXA	Renda Fixa	Indeterminado	0,51	-
BB RF DI CORP 400	Renda Fixa	Indeterminado	505,48	-
ITAU MIX CREDITO PRIVADO	Renda Fixa	Indeterminado	500,25	-
Total			4.304,91	3.342,78

Temporários				
Instituição	Tipo de aplicação	Vencimento	2018	2017
BB OUROCAP	Título Capitalização	Indeterminado	60,00	-
Total			60,00	-

Longo Prazo			Legislação societária	
Instituição	Tipo de aplicação	Vencimento	2018	2017
CEF	CDB - Flex	Indeterminado	728,30	681,80
Total			728,30	681,80

6 Consumidores e Permissionárias.

Os valores referentes a Consumidores e Permissionárias dos períodos de 2018 e 2017, estão assim elencados, a seguir:

	Legislação societária	
	2018	2017
Consumidores		
Faturados	1.020,38	1.069,06
Não faturados	320,17	236,27
Sub Total	1.340,55	1.305,33
Concessionárias	-	-
Permissionárias	-	-
Comercialização no âmbito do CCEE	-	-
Sub Total	-	-
Total	1.340,55	1.305,33

Composição das Contas a Receber

Consumidores Concessionárias Permissionárias	A Receber		Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa			Saldos	
	2018	2017	2018	2017		2018	2017
Residencial	763,73	779,16	- 56,13	- 43,79		707,60	735,37
Industrial	-	5,04	- -	1,15		-	3,89
Comércio, Serviços e outras atividades	93,15	133,95	- 0,41	- 0,41		92,74	133,54
Rural	23,23	21,71	-	-		23,23	21,71
Poder Público	12,98	8,54	-	-		12,98	8,54
Federal	-	-	-	-		-	-
Estadual	-	-	-	-		-	-
Municipal	12,98	8,54	-	-		12,98	8,54
Iluminação Pública	30,93	22,53	-	-		30,93	22,53
Serviço Público	0,71	0,05	-	-		0,71	0,05
Taxas, multas, serviços e outros	126,90	110,91	- 2,87	- 2,18		124,03	108,73
Parcelamentos	33,57	40,37	- 5,41	- 5,67		28,16	34,70
Renda não faturada	320,17	236,27	-	-		320,17	236,27
Total	1.405,37	1.358,53	- 64,82	- 53,20		1.340,55	1.305,33

Inadimplência

Inadimplência por Distribuidora - Evolução no Ano								
MÊS	PERCENTUAL DA RECEITA FATURADA NO ENÉSIMO MÊS ANTERIOR AINDA NÃO RECEBIDA NO MÊS DE REFERÊNCIA							QUANTIDADE DE SUSPENSÃO POR INADIMPLEMENTO
	CERIS - 2018 - TOTAL							
	24 (%)	21 (%)	18 (%)	12 (%)	6 (%)	3 (%)	1 (%)	
Janeiro	0,08	0,06	0,12	0,43	0,29	1,72	22,33	105
Fevereiro	0,01	0,16	0,23	0,47	0,48	1,96	24,70	34
Março	0,03	0,08	0,06	0,19	0,66	1,61	27,13	4
Abril	0,06	0,12	0,05	0,25	0,73	2,16	24,27	121
Mai	0,15	0,22	0,48	0,22	0,63	0,68	21,78	86
Junho	0,08	0,05	0,54	0,16	0,44	0,63	22,68	113
Julho	0,12	0,04	0,42	0,16	0,23	0,95	23,64	91
Agosto	0,22	0,47	0,44	0,20	0,23	0,94	22,80	83
Setembro	0,04	0,54	0,15	0,37	0,17	1,75	24,50	68
Outubro	0,04	0,41	0,20	0,44	0,49	0,80	21,70	52
Novembro	0,41	0,44	0,18	0,28	0,28	1,11	24,19	99
Dezembro	0,54	0,15	0,16	0,16	0,46	1,07	23,04	41

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

- 1) Análise criteriosa do Contas a Receber para casos específicos;
- 2) Casos Normais, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, sendo:
 - a) Residenciais vencidos há mais de 90 dias;
 - b) Comerciais vencidos há mais de 180 dias;
 - c) Industrial, Poder Público e Iluminação Pública vencidos há mais de 360 dias.

07 - Imobilizado

Segue quadro de conciliação do Ativo Imobilizado Regulatório com o Ativo Imobilizado Societário:

	Legislação Societária	
	2018	2017
Em Serviço Societário	1.233,23	1.102,17
Ativo Financ. da Concessão	2.028,52	1.862,38
Ativo Intangível da Concessão	3.180,38	3.442,02
Ativo Intangível em Curso	-	-
Reavaliação Regulatória Compulsória	8.081,06	8.748,18
Sob Total	14.523,19	15.154,75
Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	-418,07	-365,09
Sub Total	-418,07	-365,09
Total	14.105,12	14.789,66
Ativo Imobilizado Societário	1.233,23	1.102,17
Ativo Imob. Regulatório	14.506,94	15.129,57

A partir de 2010, foram reclassificados valores do ativo imobilizado que estão em função do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica para os grupos de Ativo Financeiro e Ativo Intangível, atendendo o OCPC 05 onde:

“De acordo com os contratos de Permissão, consideram-se bens vinculados àqueles construídos ou adquiridos pelo concessionário e efetivamente utilizados na prestação dos serviços públicos.”

- **Ativo intangível**

Foram reclassificados para o ativo intangível os valores referentes ao imobilizado residual, onde estes têm sua reintegração total realizada dentro da Permissão dos serviços publico conforme abaixo:

	Custo	Depreciação e/ou amortização acumulada	Valor líquido	Valor Líquido
			2018	2017
Intangíveis				
Em Serviço	3.011,21	(97,61)	2.913,60	3.151,79
Em curso	266,78		266,78	290,22
TOTAL	3.277,99	(97,61)	3.180,38	3.442,01

- **Ativo Financeiro**

Reclassificado para o Ativo Financeiro os valores referentes ao imobilizado residual que estão além do prazo final da Permissão do Serviço Público.

08 - Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

Em 31 de Dezembro de 2018, conforme MCSE os Ativos e Passivos Financeiros Setoriais possuíam os seguintes saldos:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$/1000		2018
CVA Ativa		-
Aquisição de Energia - (CVA Eng)		-
Custo de Energia Itaipu		-
Proinfa		-
Transporte Rede Básica		-
ESS		-
CDE		-
CFURH		-
Demais Ativos Financeiros Setoriais		92,25
Majoração PIS/Cofins		70,55
Programas Sociais Governamentais		-
Quota Parte Energia Nuclear		-
Neutralidade da Parcela A		21,70
Sobrecontratação de Energia		-
Diferimento de Reposição na RTP		-
Outros		-
(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.		-
Total Ativos Financeiros Setoriais		92,25

Passivos Financeiros Setoriais - R\$/1000		2018
CVA Ativa		-
Aquisição de Energia - (CVA Eng)		-
Custo de Energia Itaipu		-
Proinfa		-
Transporte Rede Básica		-
ESS		-
CDE		-
CFURH		-
Demais Passivos Financeiros Setoriais		214,27
Majoração PIS/Cofins		-
Programas Sociais Governamentais		-
Quota Parte Energia Nuclear		-
Neutralidade da Parcela A		100,06
Sobrecontratação de Energia		-
Diferimento de Reposição na RTP		-
Outros		114,20
(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.		-
Total Passivos Financeiros Setoriais		214,27

9 Fornecedores

	Legislação societária	
	2018	2017
AES Eletropaulo	-	9,95
PROINFA	10,06	10,06
Sub Total - Fornecedores de E. Elétrica	10,06	20,01
Fornecedores de Energia Elétrica – CCEE	0,00	0,00
Sub Total	0,00	0,00
Materiais e Serviços	60,34	103,03
Sub Total - Materiais e Serviços	60,34	103,03
Total	70,40	123,04

10 Empréstimos e Financiamentos

	Legislação societária				
	Circulante		Longo prazo		Total
	Principal	Encargos	Principal	2018	2017
Moeda estrangeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Moeda nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ELETOBRAS LPT	0,00	0,00	0,00	0,00	1,18
BANCOS	6,90			6,90	11,60
TOTAL	6,90	0,00	0,00	6,90	12,78

Empréstimo de capital de giro na modalidade “conta garantida”

Vencimentos das Parcelas a Longo Prazo:

A CERIS não possui Empréstimos e Financiamentos no Longo Prazo no exercício de 2018.

Mutações de empréstimos e Financiamentos

	Legislação societária			
	Moeda nacional		Moeda estrangeira	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Saldo em 31 de dezembro de 2016	42,21	0,00	0,00	0,00
Ingresso	154,53	0,00	0,00	0,00
Encargos	0,00	0,00	0,00	0,00
Variação monetária e cambial	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização	-183,96	0,00	0,00	0,00
Saldo em 31 de dezembro de 2017	12,78	0,00	0,00	0,00
Ingresso	93,60	0,00	0,00	0,00
Encargos	0,00	0,00	0,00	0,00
Variação monetária e cambial	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização	-99,48	0,00	0,00	0,00
Saldo em 31 de dezembro de 2018	6,90	0,00	0,00	0,00

11 Taxas Regulamentares

Demonstramos abaixo as Taxas Regulamentares sob responsabilidade de nossa Empresa, referente aos exercícios 2018 e 2017.

	2018	2017
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos		
Hídricos	0,00	0,00
Quota de Reserva Global de Reversão – RGR	0,00	0,00
Quota da Conta de Consumo de Combustível – CCC	0,00	0,00
Taxa de fiscalização – ANEEL	19,51	19,05
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	489,38	477,27
Pesquisa e Desenvolvimento Energético - PEE	0,00	10,21
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	0,00	10,21
Bandeiras Tarifárias	373,22	358,44
Ressarcimento de Perdas do Sistema Isolado	0,00	0,00
Total	882,10	875,18

Obs.: A partir de 4 de maio de 2016, de acordo com o disposto na Lei nº. 13.280, de 3 maio de 2016, ficam isentas dos investimentos em P&D e EE estabelecidos pela Lei nº. 9.991/2000 as Permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica cuja energia vendida anualmente seja inferior a 500 GWh (quinhentos giga watts-hora). Mediante isto e com base no Despacho nº 889 de 18/04/2018, que reclassificou a CERIS como agente com mercado inferior a 700GWh/ano, os valores relacionados a estes itens no ano de 2017 foram calculados até o mês 06/2017 quando esta Permissionária passou por processo de IRT.

12 Tributos e Contribuições Sociais – não Circulante (Longo Prazo)

A CERIS possui em seu Ativo Realizável não Circulante (longo prazo) créditos de ICMS sobre compras para ativo imobilizado em 48 avos, totalizando 91,71 (R\$/mil) em Tributos e Contribuições Sociais a Longo Prazo a recuperar. Já no passivos não possuímos saldo devedor no Longo Prazo.

13 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Não há imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos na CERIS no exercício de 2018 e anteriores.

14 Provisões para Contingências

• Contingências Trabalhistas

No encerramento dos exercícios de 2018 e 2017 não houve contingências trabalhistas a provisionar, conforme relatório do departamento jurídico.

- **Contingências Cíveis**

No encerramento dos exercício de 2018 não houve contingências cíveis a provisionar, conforme relatório do departamento jurídico.

- **Contingências Fiscais**

No exercício de 2018 e 2017 não houve contingências fiscais a provisionar e nem manutenção de valores acumulados, conforme relatório do departamento jurídico.

15 Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2018 representa R\$/Mil 4.026,36, sendo composto por 402.635.625 cotas de responsabilidade limitada de R\$ 0,01 cada, com a seguinte composição:

Cotistas	Cotas	%
Cooperados	402.635.625	100
	0	0
	0	0
	0	0
	0	0
	0	0
	0	0
	0	0
	0	0
	0	0
TOTAL	402.635.625	100

Reserva de Capital, Reserva de Lucros e Reservas de Sobras.

A composição das Reservas estão desdobrados de acordo com as tabelas abaixo:

Reserva de Capital	2018	2017
Remuneração do Imobilizado em Curso até 31/12/2001	-	-
Doações e Subvenções para Investimentos	-	-
Conta de Resultado a compensar (CRC)	-	-
Outras	-	-
Total	-	-

Reservas de Lucros	2018	2017
Reserva Legal	-	-
Lucros a Realizar	-	-
Reserva para Contigências	-	-
Reserva para Desenvolvimento	-	-
Total	-	-

Reservas de Sobras	2018	2017
Reserva Legal	644,38	296,74
Lucros a Realizar	-	-
RATES	2.769,80	2.507,55
Reservas Estatutárias	4.200,06	4.171,03
Total	7.614,24	6.975,32

Ajustes de Exercícios Anteriores

Durante o exercício de 2018 e 2017 não houve nenhum ajuste em exercícios anteriores.

OBS: A partir do Exercício de 2013 apresentam-se números diferentes entre o Patrimônio Líquido da Contabilidade Societária, o Patrimônio Líquido da Contabilidade Regulatória e o Patrimônio Líquido da Contabilidade Fiscal. Os números acima apresentados retratam a CONTABILIDADE SOCIETÁRIA.

16 Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Nos exercícios de 2018 e 2017 não houve cálculo e distribuição de juros sobre Capital Próprio.

17 Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

Receita Bruta	Nº Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Fornecimento - Faturado	5.853	5.690	15.936	16.094	9.377	8.373
Residencial	5.679	5.519	12.260	12.362	7.541	6.708
Industrial	-	1	-	45	-	25
Comercial	82	83	2.371	2.430	1.336	1.221
Rural	39	33	712	677	251	209
Poder público	19	21	156	158	94	83
Iluminação pública	33	32	420	422	145	127
Serviço público	1	1	17	1	9,45	0,21
Suprimento Faturado						
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	-	-	-	-	-	-
Consumidores Cativos						
Consumidores Livres						
Encargos de conexão de agentes de geração						
Permissionárias						
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado						
(-) Transferências	-	-	-	-	-	-
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda						
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Reativos						
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Difer. Perdas Regulatórias						
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado						
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva						
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução						
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Regulat.						
Serviços Cobráveis						
Subvenções vinculadas ao serviço concedido						
Total	5.853	5.690	15.936	16.094	9.377	8.373

18 Compra e Venda de Energia Elétrica de Curto Prazo no Âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Nos exercícios de 2018 e 2017 a CERIS não efetuou operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

19 Energia Elétrica Comprada para Revenda:

	2018		2017	
	MWh	R\$ mil	MWh	R\$ mil
AES ELETROPAULO	19.368	3.330,22	19.562	1.809,41
PROINFA	376	124,33	481	125,47
Total	19.743,55	3.454,55	20.043,10	1.934,88

20 Despesas Operacionais

Pessoal e Administradores	2018	2017
Pessoal	3.215	3.150
Remuneração	1.806,07	1.900
Encargos	689,01	641
Previdência privada	-	-
Previdência - Fundação - Mantenedora	-	-
Previdência - Déficit ou superávit atuarial	-	-
Assistência médica	200,89	171
Programa de demissão voluntária	-	-
Despesas rescisórias	66,37	92
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	-	-
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Outros	452,45	347
Administradores	280	248
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	280,00	248
Benefícios dos administradores		
(-) Créditos de tributos recuperáveis		
Total	3.495	3.399

21 Despesas Financeiras

Os encargos financeiros e as variações monetárias, distribuídos por macro-atividades, estão apropriados no resultado e no imobilizado em curso, quando for o caso, de acordo com a Instrução Contábil nº 6.3.6 subitem 2D do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE e a Instrução CVM nº 193, de 11 de julho de 1996, conforme demonstrativo abaixo:

						Legislação societária	
	Geração	Transmis.	Distrib.	Comerc.	Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	2018	2017
Encargos financeiros totais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Transferências para imobilizado em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Líquido apropriado no exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Efeitos inflacionários e cambiais totais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Transferências para imobilizado em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Líquido apropriado no exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

22 Reconciliação das Taxas Efetivas e Nominais da Provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo da provisão do Imposto de Renda e Contribuição Social neste exercício são demonstradas a seguir:

	Legislação societária	
	2018	2017
Lucro(Prejuízo) REGULATÓRIO antes do Imposto de Renda e Contribuição	318,35	286,48
Ajustes ICPCs	581,53	449,89
Lucro(Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	899,88	736,37
Lucro ajustado	899,88	736,37
Ajuste LALUR	(575,92)	(539,35)
Base de Calculo Fiscal	323,96	197,02
Imposto de renda calculado (15%)	48,59	29,55
Adicional Imposto de Renda (10%)	8,40	-
Contribuição Social Lucro Líquido (9%)	29,16	17,73
Efeitos Fiscais Sobre:	0,00	0,00
Participação nos resultados	0,00	0,00
Juros sobre o capital próprio	0,00	0,00
Incentivos fiscais	0,00	0,00
Encargos capitalizados	0,00	0,00
Compensação da CSLL com a COFINS	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL IRPJ	56,99	29,55
TOTAL CSLL	29,16	17,73
Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado	86,15	47,28

23 Participação nos Resultados

Não foi implantado o programa de participação dos empregados nos lucros da Empresa, até o exercício de 2018

24 Plano Previdenciário e Outros Benefícios aos Empregados

Neste exercício, foram concedidos benefícios aos funcionários da CERIS como: Faculdade, Seguro de Vida, Assistência Médica, Cesta básica e Vale Alimentação, entre outros na ordem de R\$ 585,35 (R\$/Mil). Não houve implantação de plano previdenciário.

25 Transações com Partes Relacionadas

Não houve Transação com partes relacionadas nos exercícios de 2018 e 2017.

26 Instrumentos Financeiros

Não houve a utilização de Instrumentos Financeiros nos exercícios contábeis de 2018 e 2017.

27 Programa de Recuperação Fiscal - REFIS

A CERIS não participou de Programa de Recuperação Fiscal REFIS, nos exercícios de 2018 e 2017.

28 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância segurada	Prêmio
Veículos	2018 a 2019	975,00	44,48
Seguro de Vida em Grupo	2018 a 2019	4.949,36	35,98
Sede - Administrativa	2018 a 2019	1.370,00	3,70

Equipamentos nomeados – Nas apólices contratadas Auto Frota, foram segurados todos os veículos, sendo todos segurados contra Danos Materiais, Danos Corporais, APP por Morte, Invalidez e danos morais.

Na apólice do Banco Itaú (Prudential) Seguros de Vida em grupo, contratamos as seguintes coberturas:

Morte por causas naturais e acidentais, invalidez permanente total ou parcial por acidente, e indenização especial por morte acidental, morte cônjuge e auxílio funeral.

29. Eventos Subsequentes

29.1. Subsídios Tarifários DECRETO 9.642/2018, de 27 de dezembro de 2018

Em 27/12/2018, o Governo Federal publicou o Decreto 9.642/2018 que, entre outros assuntos, definiu:

- a) Fim do Subsídio Classe Rural no prazo de 5 anos, sendo diminuído na base de 20% ao ano em cada Reajuste ou Revisão da CERIS;
- b) Fim do Subsídio Classe Água e Esgoto no prazo de 5 anos, sendo diminuído na base de 20% ao ano em cada Reajuste ou Revisão da CERIS;
- c) Veto ao Subsídio composto, este de aplicação imediata, ou seja, subsídio para irrigação não pode ser aplicado sobre o valor da tarifa rural, que já contém desconto sobre a tarifa básica;

Em 2019 os efeitos deste decreto já trarão impacto aos consumidores até então amparados por subsídios.

29.2. Efeitos da Revisão dos IFRS 9, 15 e 16.

A CERIS, em função de seu porte, não sofreu efeitos do IFRS 9 (Nova normatização dos Instrumentos Financeiros), IFRS 15 (Normatização de reconhecimento de receitas), e, IFRS 16 – (Arrendamentos).

Com relação ao reconhecimento de Receitas, sendo a CERIS uma Empresa Regulada, só afere receita em função do Serviço Público de Energia Elétrica, e, por essa razão, não houve mudanças na forma de contabilização.

29.3. Perdas Regulatórias e Realizadas

No exercício de 2018 a CERIS contabilizou 17,7% de Perdas (Técnicas mais não Técnicas). A ANEEL publicou a meta regulatória de 12,05%. Durante o ano de 2019, a CERIS continuará perseguindo a meta regulatória, renovando seus ativos com inovação tecnológica, e, combatendo os desvios de energia.

30. Balanço Social

Recursos Humanos

Em 2018, a Cooperativa de Eletrificação da Região de Itapecerica da Serra. – CERIS promoveu a valorização e capacitação de seus colaboradores proporcionando-lhes palestras, cursos e seminários, sempre considerando a peculiaridade de cada função exercida. Foram realizados Cursos de Reciclagem conforme Norma Regulamentadora nº 10 e 35 e, conforme Portaria nº 598/2004. Também concedeu mensalmente o benefício auxílio-alimentação através do Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT. Manteve, ainda, convênios com Planos de Saúde.

Responsabilidade Social:

A CERIS contribui sempre que solicitado com os eventos culturais desenvolvidos pelo poder municipal, Igreja, Escolas, tais como: Festas Juninas, corrida de São Silvestre, datas comemorativas (dia das mães, natal). Temos como propósito, auxiliar as comunidades abrangidas pela nossa área de permissão através de patrocínios, inclusive disponibilizando a nossa infraestrutura.

CIPA CERIS:

A Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA da CERIS desenvolve suas atividades abordando e fiscalizando assuntos como: riscos atinentes às funções, uso pelos colaboradores dos equipamentos de proteção, devida identificação e sinalização dos ambientes com risco, entre outros, bem como na divulgação de informações sobre a prevenção de acidentes no trabalho.

Tais assuntos têm como objetivo apontar e sugerir soluções para problemas de segurança e saúde, visando à qualidade de vida e saúde do trabalhador.

Os membros da CIPA realizam reuniões mensais no escritório da Empresa, objetivando não apenas cumprir a Norma Regulamentadora nº 05, mas também primar pela segurança dos colaboradores da CERIS e demais envolvidos no processo.

Educação:

A Cooperativa de Eletrificação da Região de Itapecerica da Serra. – CERIS reembolsa aos colaboradores sempre que solicitado, 50% da mensalidade paga para cursos de ensino superior, ligados à atividade da Empresa e até R\$ 300,00 para cursos técnicos.

Cooperativa de Eletrificação da Região de Itapeçerica da Serra						
CNPJ: 57.384.943/0001-82						
Demonstração do Balanço Social - 2018 e 2017						
(Valores expressos em milhares de reais)						
	2018			2017		
	R\$ mil			R\$ mil		
1 - Base de cálculo						
Receita Líquida (RL)	8.968,03			7.021,81		
Lucro Operacional (LO)	459,04			353,70		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	3.494,79			3.399,24		
	% sobre			% sobre		
2 - Indicadores sociais internos	R\$ mil	FPB	RL	R\$ mil	FPB	RL
Alimentação - Auxílio alimentação e outros	291,64	8,34%	3,25%	281,21	8,27%	4,00%
Encargos sociais compulsórios	649,36	18,58%	7,24%	537,15	15,80%	7,65%
Entidade de previdência privada	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Saúde - Convênio assistencial e outros benefícios	200,89	5,75%	2,24%	170,60	5,02%	2,43%
Segurança no trabalho - CIPA e exames periódicos	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Educação - Auxílio educação	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	32,99	0,94%	0,37%	15,49	0,46%	0,22%
Auxílio creche	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Participação nos resultados	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Vale-transporte - excedente	7,38	0,21%	0,08%	8,79	0,26%	0,13%
Outros Benefícios	58,94	1,69%	0,66%	60,75	1,79%	0,87%
Total	1.241,20	35,52%	13,84%	1073,99	31,60%	15,30%
	% sobre			% sobre		
3 - Indicadores sociais externos	R\$ mil	LO	RL	R\$ mil	LO	RL
Educação - Programa Luz das Letras	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Cultura	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Saúde e Saneamento - Apoio social aos municípios	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Habitação - Reassentamento de famílias	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Esporte e lazer	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Doações e contribuições	23,91	5,21%	0,27%	21,82	6,17%	0,31%
Total de contribuições para a sociedade	23,91	5,21%	0,27%	21,82	6,17%	0,31%
Tributos - excluídos encargos sociais	1.986,83	432,82%	22,15%	1.834,08	518,54%	26,12%
Total	2.010,74	438,03%	22,42%	1.855,90	524,71%	26,43%
	% sobre			% sobre		
4 - Indicadores ambientais	R\$ mil	LO	RL	R\$ mil	LO	RL
Desapropriações de terras	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Estação ecológica - Fauna / Flora	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Relacionamento com a operação da empresa						
Programa Social de Eletricidade Rural	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Rede Compacta ou Linha Verde	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programa de Eletrificação para População Carente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Museu Ecológico	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Universidade Livre do Meio Ambiente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programas especiais / Projetos externos	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Total	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%

	2018 em unidades	2017 em unidades
5 - Indicadores do corpo funcional		
Empregados no final do período	45	42
Escolaridade dos empregados		
Superior e extensão universitária	6	3
Ensino médio	22	21
Ensino fundamental	17	18
Faixa etária dos empregados		
Abaixo de 30 anos	10	10
De 30 até 45 anos (exclusive)	18	14
Acima de 45 anos	17	18
Admissões durante o período	0	0
Mulheres que trabalham na empresa	5	5
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao n.º total de mulheres	40,00%	40,00%
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao n.º total de gerentes	66,67%	66,67%
Negros que trabalham na empresa	5	4
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao n.º total de negros	20,00%	25,00%
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao n.º total de gerentes	33,33%	33,33%
Portadores de deficiência física	0	0
Dependentes	71	63
Estagiários	0	0
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	7,84	7,81
Maior remuneração	7,92	7,65
Menor remuneração	1,01	0,98
Acidentes de trabalho	1	2

31 Análise Econômico-Financeira

31.1 Informações Gerais

O desempenho Econômico-Financeiro da CERIS, refere-se ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2018, sendo que, ao término do exercício , auferimos os seguintes resultados:

Receita Anual – A Receita Operacional de Distribuição Anual decorrente no exercício atingiu um montante de R\$ 9.376,68 (Reais/mil), superior ao ano anterior em 11,99% que foi de R\$ 8.372,64 (R\$/mil).

Número de Consumidores – O Número de Consumidores faturados em dezembro de 2018, foi de 5.853, já em 2017 foi de 5.690 ocasionando um aumento de 2,86% em relação ao ano anterior.

Despesas com Pessoal – As Despesas com Pessoal e Administração do exercício de 2018 importou em R\$ 3.494,79 (R\$/mil) e no exercício anterior foi de R\$ 3.399,00 (R\$/mil), ocasionado um aumento de 2,83% em relação ao ano anterior.

Despesas Administrativas – As demais despesas Administrativas no exercício de 2018, foi de R\$ 1.515,11 (R\$/mil), superior em 11,54% à do ano anterior que foi de R\$ 1.358,33 (R\$/mil).

Receita (Despesa) Financeira – O Resultado Financeiro no exercício de 2018, importou em R\$ 440,84 (R\$/mil), enquanto que, no exercício de 2017, houve um Resultado Financeiro R\$ 382,67 (R\$/mil).

31.2 Análise Econômico-Financeira

Coeficientes	Fórmula	Unidade	2018
1. Liquidez			
Corrente ou Comum	$AC - PC$	R\$	5.242,22
Seca	$(AC - E) / PC$	R\$	4,78
Absoluta	AD / PC	R\$	3,23
Geral	$(AC + RLP) / (PC + ELP)$	R\$	5,33
2. Lucratividade			
Bruta s/ Vendas	$(LB / VB) \times 100$	%	3,75
Operacional s/ Vendas	$(LO / VB) \times 100$	%	3,75
Líquida s/ Vendas	$(LL / VB) \times 100$	%	6,65
Líquida s/ Capital	$(LL / CS) \times 100$	%	20,21
Líquida s/ Patrimônio Líquido	$(LL / PL) \times 100$	%	6,72
3. Rentabilidade			
Retorno Líquido s/ Investimentos	$(LL / AT) \times 100$	%	5,86
4. Endividamento			
Recursos de Terceiros no Investimento	$[(PC + ELP - ADC) / AT] \times 100$	%	12,79
Recursos Próprios no Investimento	$[(PL + REF - ADC) / AT] \times 100$	%	87,21
5. Investimentos			
Capital Fixo Aplicado	$(AP / AT) \times 100$	%	31,80
Capital de Risco Aplicado	$[(AC + RLP) / AT] \times 100$	%	68,20
6. Garantias			
Reais s/ Capital	$(IM / CS) \times 100$	%	30,63
Totais s/ Capital	$(AP / CS) \times 100$	%	109,62
7. Capital de Giro Próprio			
Capital de Giro	$(AC - PC) / 1.000$	R\$	5,24

Valores Expressos em (R\$/mil)

* Dados Básicos e Siglas para Análise Acima

AC = Ativo Circulante	PC = Passivo Circulante	LB = Lucro bruto
AD = Ativo Disponível	ELP = Exigível a Longo Prazo	LO = Lucro Operacional
E = Estoque	REF = Result. Exerc. Futuros	LL = Lucro Líquido
RLP = Realizável a Longo Prozo	PL = Patrimônio Líquido	DEP = Desp. Equiv. Patrimonial
AP = Ativo Permanente	CS = Capital Integralizado	REP = Receita Equiv. Patrimonial
AT = Ativo Total	ADC = Adto. p/Aumento de Capital	DD = Despesas Depreciação
IM = Terrenos, Edificações e Obras	VB = Vendas Brutas	CMB = Correção Monet. Balanço

OBS: Os cálculos dos coeficientes acima estão elaborados de acordo com formulas padrão de finanças e análise financeira.

32. Créditos e Débitos Fiscais

A CERIS possui os Créditos Fiscais demonstrados no quadro abaixo e faz compensações mensalmente e anualmente, conforme determinação da Legislação Fiscal.

Período Aquisição	Histórico	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
2014 a 2018	ICMS Imobilizado 1/48	59,18	91,71	150,89
Exercício de 2018	ISS	0,31	0,00	0,31
Exercício de 2018	ICMS	97,65	0,00	97,65
Exercício de 2018	IRRF Sob Aplic Financeira	65,68	0,00	65,68
TOTAIS		222,82	91,71	314,53

A CERIS não possui débitos fiscais com Receita Federal.

	Legislação societária		
	Curto prazo	Longo prazo	Total
Parcelamento	0,00	0,00	0,00
Parcelamento	0,00	0,00	0,00
Total parcelamento	-	-	-

33 Informações de Natureza Social e Ambiental

Em 31/12/2018, bem como em 31/12/2017, a CERIS não possuía nenhum passivo ambiental em Curso. Informamos, também, que, embora nosso atendimento seja quase totalmente na zona Rural, quando necessário realizar poda de árvores ao longo de nossas redes, instruímos nossos colaboradores a realiza-la com consciência ecológica, visando à segurança da rede associada aos cuidados da natureza.

34 Energia Livre

A CERIS está dispensada de operações obrigatórias no Mercado Livre de Energia Elétrica, em virtude de seu total de Energia Comercializada estar abaixo do mínimo estipulado na Legislação de Energia Livre e, por esse motivo, continua honrando o Contrato de Suprimento que firmou com a ENEL ENERGIA, conforme instruções do Órgão Regulador.

35 ICMS Sob Subvenção Baixa Renda

O Estado de São Paulo, por meio do Parecer 146/14, em resposta à consulta apresentada no que se refere à Tributação do ICMS sob a subvenção concedida pela União aos Consumidores Residenciais Baixa Renda, determina que, com base no Parecer 163/2004, há incidência de tal tributo sobre a parcela da Subvenção concedida a esta classe de consumidores, cujo pagamento cabe ao consumidor beneficiado.

36 Diferimento de Tarifa (Reajustes Tarifários)

Esta Permissionária teve seu reajuste tarifário em 07/2018, não existindo diferimento de tarifas.

37. Revisão Tarifária Periódica – Segundo Ciclo

Nosso ciclo tarifário da Primeira Revisão Tarifária das Permissionárias de Distribuição do Serviço Público de Energia Elétrica encerrou-se no mês de julho/2016. Contudo, conforme indefinição das regras regulatórias nesta data, nossa tarifa do ciclo 2015/2016 foi prorrogada para o ciclo 2016/2017, conforme Resolução Homologatória No. 2101/2016/ANEEL.

Em 07/2017 a ANEEL promoveu a RTP desta Permissionária, encerrando assim o seu 2º Ciclo de Revisão, homologada por meio da RH 2.264 de 27/07/2017. O índice de reposicionamento foi de 7,94%. Teve também por meio desta RTP o ajuste da sua Base de Remuneração por meio do VNR e também no nível de perdas regulatórias para 12,05 sobre a energia injetada.

38 Ganhos Contingentes

A CERIS não possuiu Ganhos Contingentes neste exercício e nem em exercício anterior.

39 Investimento Remunerável

O Investimento Remunerável, também denominado de Base de Remuneração, constituído pelo Ativo Imobilizado em Serviço – AIS e Almoxarifado de Operação, deduzido do saldo das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigações Especiais), sobre o qual foi calculada a remuneração, bem como o AIS que gerou a cota de depreciação, que fazem parte da Parcela “B” da Receita Requerida – RR da Permissionária, homologada pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2.264 de 07/07/2017, se atualizados pelo IPCA nos Reajustes Tarifários Anuais, já ocorridos, estariam assim formados:

2018	0	2,10%	2,99%
	RTP 2016	IRT 2017	IRT 2018
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	22.687.122,17	23.163.551,74	23.856.141,94
(2) Obrigações Especiais Bruta	0,00	-	-
(3) Bens Totalmente Depreciados	1.100.511,19	1.123.621,93	1.157.218,22
(4) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)	21.586.610,98	22.039.929,81	22.698.923,71
(5) Depreciação Acumulada	9.201.164,23	9.394.388,68	9.675.280,91
(6) Valor da Base de Remuneração (VBR)	13.485.957,94	13.769.163,05	14.180.861,03
(7) Obrigações Especiais Líquida	0,00	-	-
(8) Terrenos e Servidões	0,00	0,00	0,00
(9) Almoxarifado em Operação	68.061,37	69.490,66	71.568,43
(10) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(5)-(7)+(8)+(9)	13.554.019,30	13.838.653,71	14.252.429,46
(11) Taxa de Depreciação	4%	4%	4%
(12) Quota de Reintegração Regulatória	510.986,53	521.717,24	537.316,59
(13) Remuneração de Capital (RC) = BRR Líq x WACC	863.464,44	881.597,19	907.956,95

Obs. O índice utilizado para correção foi o IPCA acumulado publicado nos IRT's de cada Período excluindo-se o fator “X”.

40 Reajuste Tarifário

Esta Permissionária teve seus reajuste tarifário em 07/2018 por meio da RH 2.415 que homologou o Reposicionamento Tarifário com financeiros de -16,91% (dezesseis vírgula noventa e um por cento negativos), sendo 8,31% (oito vírgula trinta e um por cento) referentes ao reposicionamento tarifário econômico e -25,22% (vinte e cinco vírgula vinte e dois por cento negativos) relativos aos componentes financeiros. As tarifas de aplicação da CERIS ficaram, em média, reajustadas em 10,00% (dez por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora.

41 Provisão para Ajuste a Valor de Recuperação de Ativos

Nos exercícios de 2018 e 2017 não houve necessidade da contabilização da Provisão para Ajuste a Valor de Recuperação de Ativos, uma vez que, sendo todos os bens da CERIS

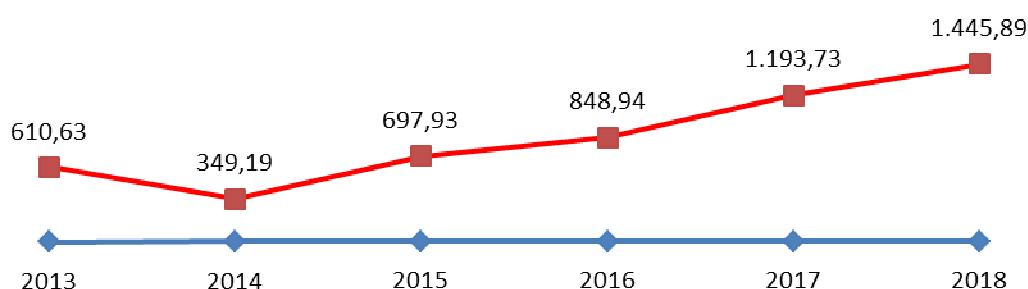
vinculados ao Serviço Concedido, todos são periodicamente avaliados conforme determinação do Órgão Regulador. No último laudo de avaliação, o resultado apresentado foi superior ao Ativo Contabilizado. A ANEEL, a partir de 2011, determinou o reconhecimento contábil desta atualização, na forma de Reavaliação Regulatória Compulsória, valor esse estornado nas Demonstrações Societárias.

42 Conciliação do índice do EBITDA/LAJIDA

A fim de possibilitar a reconciliação do Lucro Líquido com o LAJIDA, apresentamos a tabela a seguir:

	2018	2017
Lucro/Prejuízo Líquido	899,86	689,08
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	-	-
Impostos (Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro)	86,15	47,29
Depreciação e Amortização	459,88	457,36
	1.445,89	1.193,73

EBTIDA ou LAJIDA (Legislação Societária)



43 Balanço Patrimonial Fiscal

Conforme Artigo nº 10 da Instrução Normativa nº 1.397/2013, demonstramos abaixo a Demonstração Contábil Fiscal - Balanço Patrimonial Fiscal, composto do quadro do Ativo Fiscal, Passivo Fiscal, DREF - Demonstração de Resultado do Exercício Fiscal e DMPLR - Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Fiscal.

BALANÇO PATRIMONIAL FISCAL 2018						
Descrição	Nota	Regulatório	Ajustes REG/SOC	Societário	Ajustes SOC/FIS	Fiscal
Ativos						
Ativo circulante		6.598,67	-	6.598,67	-	6.598,67
Caixa e equivalentes de caixa		4.384,03	-	4.384,03	-	4.384,03
Consumidores	14.1	1.340,55	-	1.340,55	-	1.340,55
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-
Serviços em curso		131,87	-	131,87	-	131,87
Tributos compensáveis		222,81	-	222,81	-	222,81
Depósitos judiciais e cauções		-	-	-	-	-
Almoxarifado operacional		108,40	-	108,40	-	108,40
Investimentos temporários		60,00	-	60,00	-	60,00
Empréstimos		0,12	-	0,12	-	0,12
Ativos financeiros setoriais	14.2	92,25	-	92,25	-	92,25
Despesas pagas antecipadamente		39,07	-	39,07	-	39,07
Ativos de operação descontinuada e bens desti	14.3	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-
Outros ativos circulantes		219,57	-	219,57	-	219,57
Ativo não circulante		15.361,91	(8.081,07)	7.280,84	-	7.280,84
Consumidores			-	-	-	-
Concessionárias e permissionárias			-	-	-	-
Serviços em curso			-	-	-	-
Tributos compensáveis		91,71	-	91,71	-	91,71
Depósitos judiciais e cauções		18,70	-	18,70	-	18,70
Investimentos temporários		728,30	-	728,30	-	728,30
Empréstimos			-	-	-	-
Tributos diferidos			-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais	14.1		2.028,52	2.028,52	(1.862,38)	166,14
Despesas pagas antecipadamente			-	-	-	-
Bens e direitos para uso futuro			-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos			-	-	-	-
Outros ativos não circulantes				-	-	-
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica			-	-	-	-
Imobilizado	14.4	14.506,94	(13.273,71)	1.233,23	5.026,50	6.259,73
Intangível	14.5	16,26	3.164,12	3.180,38	(3.164,12)	16,26
Total do ativo		21.960,58	(8.081,07)	13.879,53	-	13.879,53

Passivo						
Passivo circulante		1.356,46	-	1.356,46	-	1.356,46
Fornecedores		70,41	-	70,41	-	70,41
Empréstimos, financiamentos e debêntures		6,90	-	6,90	-	6,90
Obrigações sociais e trabalhistas		286,45	-	286,45	-	286,45
Benefício pós-emprego		-	-	-	-	-
Tributos		388,23	-	388,23	-	388,23
Provisão para litígios		-	-	-	-	-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-
Encargos setoriais		174,55	-	174,55	-	174,55
Provisão para descomissionamento		-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	14.1	214,27	-	214,27	-	214,27
Provisão para uso do bem público		-	-	-	-	-
Passivos de operações descontinuadas		-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-
Obrigações com associados		43,51	-	43,51	-	43,51
Outros passivos circulantes		172,15	-	172,15	-	172,15
Passivo não circulante		418,07	-	418,07	-	418,07
Fornecedores		-	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures		-	-	-	-	-
Benefício pós-emprego		-	-	-	-	-
Tributos		-	-	-	-	-
Provisão para litígios		-	-	-	-	-
Encargos setoriais		-	-	-	-	-
Provisão para descomissionamento		-	-	-	-	-
Tributos diferidos		-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	14.1	-	-	-	-	-
Provisão para uso do bem público		-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-
Obrigações com associados		-	-	-	-	-
Outros passivos não circulantes		-	-	-	-	-
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de En		418,07	-	418,07	-	418,07
Total do passivo		1.774,53	-	1.774,53	-	1.774,53
Patrimônio líquido						
Capital social		4.026,36	-	4.026,36	-	4.026,36
Reservas de capital		-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes		8.081,06	(8.081,06)	-	-	-
Reservas de lucros		-	-	-	-	-
Recursos destinados a aumento de capital		-	-	-	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados		-	-	-	-	-
(-) Ações Próprias em Tesouraria		-	-	-	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais		-	-	-	-	-
Participação de Não Controladores		-	-	-	-	-
Reserva de sobras		7.614,24	-	7.614,24	-	7.614,24
Sobras à disposição da Assembleia		464,40	-	464,40	-	464,40
Perdas não cobertas pelos cooperados		-	-	-	-	-
Participação de não controladores		-	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido		20.186,06	(8.081,06)	12.105,00	-	12.105,00
Total do passivo e do patrimônio líquido		21.960,58	(8.081,06)	13.879,53	-	13.879,53



Laurindo Pereira Pinto
Presidente



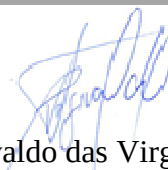
Regivaldo das Virgens Silva
Contador

DEMONSTRAÇÃO FISCAL DO RESULTADO DO EXERCÍCIO 2018						
	Nota	Regulatório	Ajustes REG/SOC	Societário	Ajustes SOC/FIS	Fiscal
Operações em continuidade						
Receita / Ingresso		11.806,55	-	11.806,55	-	11.806,55
Fornecimento de energia elétrica		3.745,02	-	3.745,02	-	3.745,02
(-) Transferências			-	-	-	-
Suprimento de energia elétrica			-	-	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo			-	-	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		5.429,41	-	5.429,41	-	5.429,41
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais		128,93	-	128,93	-	128,93
Serviços cobráveis		13,61	-	13,61	-	13,61
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido			-	-	-	-
Outras receitas vinculadas		2.489,57		2.489,57	-	2.489,57
Tributos		(1.956,41)	-	(1.956,41)	-	(1.956,41)
ICMS		(1.784,60)	-	(1.784,60)	-	(1.784,60)
PIS-PASEP		(29,55)	-	(29,55)	-	(29,55)
Cofins		(136,40)	-	(136,40)	-	(136,40)
ISS		(5,86)	-	(5,86)	-	(5,86)
Encargos - Parcela "A"		(882,10)	-	(882,10)	-	(882,10)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		-	-	-	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(489,38)	-	(489,38)	-	(489,38)
Programa de Eficiência Energética – PEE		-	-	-	-	-
Taxa de fiscalização		(19,51)	-	(19,51)	-	(19,51)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH			-	-	-	-
Outros encargos		(373,22)	-	(373,22)	-	(373,22)
Receita líquida / Ingresso líquido		8.968,03	-	8.968,03	-	8.968,03
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"		(3.499,42)	-	(3.499,42)	-	(3.499,42)
Energia elétrica comprada para revenda		(3.330,22)	-	(3.330,22)	-	(3.330,22)
Energia elétrica comprada para revenda – Proinfra			-	-	-	-
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição			-	-	-	-
Encargos e Demais Despesas Setoriais		(124,32)	-	(124,32)	-	(124,32)
(-) Reversão de devolução tarifária		(44,10)		(44,10)		(44,10)
Outros		(0,78)		(0,78)		(0,78)
Matéria-prima / Insumo para geração de energia elétrica Combustíveis			-	-	-	-
Resultado antes dos custos gerenciáveis		5.468,61	-	5.468,61	-	5.468,61
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		(5.591,10)	581,53	(5.009,57)	-	(5.009,57)
Pessoal e administradores (inclui 60,11 de remuneração a administradores)		(3.494,46)	-	(3.494,46)	-	(3.494,46)
Material		(340,88)	-	(340,88)	-	(340,88)
Serviços de terceiros		(578,35)	-	(578,35)	-	(578,35)
Arrendamento e aluguéis		(165,19)	-	(165,19)	-	(165,19)
Seguros		(33,02)	-	(33,02)	-	(33,02)
Doações, contribuições e subvenções		(23,91)	-	(23,91)	-	(23,91)
Provisões		(11,62)	-	(11,62)	-	(11,62)
Recuperação de despesas		5,49	-	5,49	-	5,49
Tributos		(30,42)	-	(30,42)	-	(30,42)
Depreciação e amortização		(1.054,59)	581,53	(473,06)	-	(473,06)
Gastos diversos da atividade vinculada		(4,76)	-	(4,76)	-	(4,76)
Outras Receitas Operacionais		199,44	-	199,44	-	199,44
Outras Gastos Operacionais		(58,83)	-	(58,83)	-	(58,83)
Resultado da Atividade		(122,49)	581,53	459,04	-	459,04

Equivalência patrimonial		-	-	-	-	-
Resultado Financeiro		440,84	-	440,84	-	440,84
Despesas financeiras		(69,97)	-	(69,97)	-	(69,97)
Receitas financeiras		510,80	-	510,80	-	510,80
Resultados com atos Cooperados		-	-	-	(580,50)	(580,50)
Sobras com atos cooperados				-	(580,50)	(580,50)
Outros ajustes LALUR					4,58	4,58
Valores Indedutíveis		-	-	-	4,58	4,58
Comp. Prejuízos Exercício Anteriores		-	-	-	-	-
Prejuízos exercícios Anteriores				-	-	-
Lucro antes dos impostos sobre o lucro		318,35	581,53	899,88	(575,92)	323,96
Despesa com impostos sobre os lucros		(86,15)	-	(86,15)	-	(86,15)
Resultado líquido das operações em continuidade		232,20	581,53	813,73	(575,92)	237,81
Operações descontinuadas						
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas			-	-	-	-
Resultado líquido do exercício		232,20	581,53	813,73	(575,92)	237,81



Laurindo Pereira Pinto
Presidente



Regivaldo das Virgens Silva
Contador

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Fiscal 2018									
	Capital Social	Reservas de capital	Outros Resultados Abrangentes	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Reservas de Sobras	Sobras/Perdas a disposição da Assembléia	Recursos destinados a aumento de capital	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.069,59	-	-	0,00	-	6.975,32	289,59	-	11.334,50
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	(43,23)	-	-	-	-	-	-	-	(43,23)
Incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proventos excedentes da contabilidade societária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	233,23	-	580,50	-	813,73
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	347,65	(347,65)	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para investimentos	-	-	-	-	-	29,02	(29,02)	-	-
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Reservas (Efeitos IFRS)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RATES	-	-	-	-	(233,23)	262,25	(29,02)	-	0,00
Efeitos IFRS	-	317,03	-	-	-	-	(317,03)	-	-
Efeitos Fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.026,36	317,03	-	0,00	-	7.614,24	147,37	-	12.105,00



Laurindo Pereira Pinto
Presidente



Regivaldo das Virgens Silva
Contador

44 Quotas da CDE Repassadas as Distribuidoras e Reembolsadas pela ELETROBRAS

Conforme programa governamental implantado após a edição da Lei 12.839/2013 que incorporou os termos da MPV nº 605/2013 e publicação da RTE, a CERIS realizou e recebeu os subsídios abaixo descritos, apresentando, em dezembro/2018 o saldo de (202,98) (R\$/mil).

	SALDO ANTERIOR	REALIZADO	RECEBIDO	A RECEBER
SUBVENÇÃO CDE - DMR - BAIXA RENDA (TSEE)	6,51	23,05	(23,42)	6,14
SUBVENÇÃO CDE - TARIFA DE EQUILIBRIO	1,47	-	-	1,47
SUBVENÇÃO CDE DENSIDADE - PARCELA B	252,10	2.366,76	(2.425,80)	193,06
SUBSÍDIO REGULATÓRIO RURAL ATIVO	2,37	98,84	(98,90)	2,31
TOTAL	262,45	2.488,65	(2.548,12)	202,98

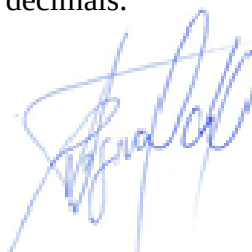
45 Formatação Básica das Notas Explicativas

As Notas Explicativas da Administração, parte integrantes destas Demonstrações Contábeis, foram redigidas obedecendo rigorosamente à Legislação pertinente e teve autorização para a sua divulgação em 17/03/2018 pela Diretoria, não podendo os senhores Cooperados proceder nenhuma alteração após sua divulgação. As bases para a elaboração obedeceram aos Princípios Contábeis aplicados no Brasil, as Políticas Contábeis específicas para o Setor Elétrico e estão todas apresentadas em (R\$/mil), com 2 casas decimais.



LAURINDO PEREIRA PINTO

Presidente



REGIVALDO DAS VIRGENS SILVA

Contador

CRC 1SP198857/O-2

Parecer do Conselho Fiscal Societário



CERIS COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DE ITAPECERICA DA SERRA

PARECER DO CONSELHO FISCAL

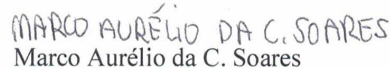
O Conselho Fiscal da COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DE ITAPEQUERICA DA SERRA - CERIS, pelos seus membros representantes do Conselho Fiscal, abaixo identificados, tendo em vista os resultados das reuniões de verificação realizadas no decorrer do exercício de 2018 para os fins previstos no Estatuto Social, e após examinar os documentos que compõem as Demonstrações Contábeis, constatou-se que:

- 1) As escriturações contábeis e fiscais estão em perfeita ordem;
- 2) As despesas efetuadas autorizadas pela Administração encontram-se dentro das necessidades e possibilidades da Cooperativa e estão devidamente documentadas;
- 3) Não tem a Cooperativa qualquer questão a resolver com as autoridades do cooperativismo;
- 4) O saldo do dinheiro em caixa sempre que houve conferência foi constatado de acordo com o saldo apontado no controle de caixa e contabilidade;
- 5) Todos os compromissos com terceiros encontram-se rigorosamente em dia;
- 6) Que os resultados com Atos Cooperados, que apresentaram Sobras no valor de 464.396,89 (Quatrocentos e sessenta e quatro mil, trezentos e noventa e seis reais e oitenta e nove centavos), ficarão a disposição da AGO para deliberação da sua destinação;
- 7) Que os resultados com Atos não Cooperados, que apresentou um lucro no valor de R\$ 233.233,41 (Duzentos e trinta e três mil, duzentos e trinta e três reais e quarenta e um centavos), foi devidamente transferidos para Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social – RATES, conforme determina na Lei e na NBC T 10.8;
- 8) Dado o exposto, recomendamos a aprovação das Demonstrações Contábeis e Financeiras do exercício findo de 2018, pela Assembleia Geral Ordinária.

São Lourenço da Serra, 27 de fevereiro de 2019.


Marcio José Demazo
Conselheiro Fiscal – Coordenador


Clóvis Vaz de Lima
Conselheiro Fiscal - Titular


Marco Aurélio da C. Soares
Conselheiro Fiscal - Titular

Avenida Evaristo Delfino Pinto nº 120 – Centro - CEP: 06890-000 - São Lourenço da Serra – SP

Fone / Fax: 4687-1122

CNPJ: (MF) 57.384.943/0001-82 - IE: 772.001.301.111

Parecer dos Auditores Independentes Societário



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores, Conselheiros e Associados da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DE ITAPECERICA DA SERRA - CERIS**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis de **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DE ITAPECERICA DA SERRA - CERIS**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações das sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira de **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DE ITAPECERICA DA SERRA - CERIS** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Permissionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Informação Suplementar – Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, preparada sob a responsabilidade da Administração da Cooperativa, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Permissionária é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se quando lermos o relatório da administração, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, temos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Permissionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Permissionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Permissionária são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Permissionária.



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Permissionária. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Permissionária a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Criciúma, 25 de fevereiro de 2019.

MÜLLEREYNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S - EPP
CRC/SC-006351/O



JOSÉ HENRIQUE EYNG
CONTADOR CRC-SC Nº 17.329/O-8
CNAI Nº 638